**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

ARLIENE AUXILIADORA DO NASCIMENTO BEZERRA VILAÇA

**HABITAÇÃO E AÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO DE
CASO NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS**

VERSÃO CORRIGIDA

**São Paulo
2012**

ARLIENE AUXILIADORA DO NASCIMENTO BEZERRA VILAÇA

**HABITAÇÃO E AÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO DE
CASO NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof. Dr^a Glória da Anunciação Alves

**São Paulo
2012**

Nome: VILAÇA, Arliene Auxiliadora do Nascimento Bezerra

Título: Habitação e ação pública na contemporaneidade: um estudo de caso na área central de Manaus

Aprovado em: 07 de março de 2012

Banca Examinadora

Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

Assinatura: _____

Profa. Dra. Simone Scifone

Assinatura: _____

Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves

Assinatura: _____

Aos meus queridos pais Vilmar de Castro Bezerra e Aldenora do Nascimento Bezerra pela educação que me proporcionaram e pela força durante o decorrer de todo o Mestrado.

Ao meu querido esposo Antônio Marcos Vilaça Pereira pelo incentivo e contribuições imprescindíveis para a realização deste trabalho.

A minha amada filha Ana Beatriz Bezerra Vilaça, que nos anos iniciais de sua existência, parece ter compreendido o significado da minha ausência e a certeza do meu retorno durante todos os caminhos percorridos para a concretização deste trabalho.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela permissão, sabedoria, discernimento e proteção ao longo da construção deste trabalho.

Aos meus queridos pais Vilmar de Castro Bezerra e Aldenora do Nascimento Bezerra pelas árduas batalhas que travaram no decorrer de suas vidas para conduzir e incentivar os cinco filhos na conquista de um curso acadêmico e de uma vida profissional, o que me possibilitou chegar até aqui.

A toda minha família que durante o meu estágio em São Paulo promoveu o bem estar da minha pequena filha Ana Beatriz. Em especial minha querida mãe que esteve sempre atenta em todos os momentos da minha ausência.

Ao meu querido esposo Antônio Marcos Vilaça Pereira pelo incentivo constante, desde a minha inscrição na seleção do Mestrado até a finalização do curso, quando foi essencial a sua dedicação a nossa filha, a confiança reafirmada, a participação durante as entrevistas realizadas na pesquisa de campo e a formatação da dissertação. Sou grata a todos os momentos de compreensão, renúncias e paciência nas horas difíceis.

A ex-gestora da Escola Estadual Antônio Lucena Bittencourt, Prof^a Ielva Bentes Galdino por ter me informado em um momento atípico, da inserção dos professores da SEDUC na seleção do curso de Mestrado.

A minha querida orientadora, Prof^a Dra. Glória da Anunciação Alves, pelo conhecimento transmitido, pela paciência e apoio durante o processo de definição da investigação, por responder meus e-mails com rapidez e por exigir de mim mais do que eu achava que poderia fazer. Obrigada pela confiança e amizade, sem a sua ajuda eu não teria conseguido.

A Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos e Prof^a Dra. Simone Scifone, pelas observações e indicações feitas no momento da qualificação. Aos demais membros da banca da defesa da dissertação pela atenção dispensada à leitura deste trabalho e, de antemão, pelos possíveis comentários e críticas originários desta tarefa.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP, minha admiração e gratidão na trajetória da construção do conhecimento. Em especial a Prof^a Dr^a Mônica Arroio, a Prof^a Dr^a Sandra Lencione, a Prof^a Dr^a Rosa Ester Rossini e Prof^a Dr^a Vanderli Custódio pela valiosa receptividade em São Paulo.

A minha amiga Aldenéia Soares da Cunha, companheira de residência em São Paulo, pelo convívio, trocas de experiências, sugestões e indicações para a pesquisa, momentos de

descontração e pelo conforto de sua companhia nos momentos de angústia. Sem o seu suporte teria sido muito mais difícil.

A minha amiga Dilma Barros Braga, pelas palavras de incentivo, informações compartilhadas, risos e brincadeiras tão necessários durante os momentos difíceis em São Paulo. Sou grata por sua confiança e por lembrar e respeitar a nossa amizade nesta caminhada.

A meu amigo e parceiro de orientação Alexandre Ricardo Von Ehnert, por sua gentileza e simpatia durante o decorrer do curso e por suas dicas imprescindíveis sobre a cidade de São Paulo durante o estágio de quatro meses nesta cidade.

A amiga Maria Tereza Pereira dos Santos pela troca de experiências e por sua disponibilidade em me acompanhar durante as entrevistas realizadas no igarapé do Mestre Chico.

Aos colegas do grupo de estudo realizado no LABUR, onde fizemos leituras e debates sobre o livro “A vida cotidiana no mundo moderno” da obra de LEFEBVRE, sob a coordenação da Profª Dra. Glória da Anunciação Alves.

A todos os outros colegas de curso que com um sorriso, um texto, uma crítica, uma palavra de incentivo ou um abraço, me apoiaram nesta empreitada. Em especial os mestrandos Cristiane Barroncas, Maria Eliane Lima, Dilza Marialva, Kátia Porto, Jociane Santos, Emerson Euzébio, Margarida Brito e os doutorandos Hudson Ribeiro, Nazaré Ribeiro e Iolanda Campos.

A todos os moradores e ex-moradores do igarapé do Mestre Chico entrevistados na pesquisa de campo, minha admiração e profunda gratidão pela imprescindível contribuição, sabedoria, simplicidade e humildade com que me receberam em seus lares. Em especial a amiga Maria Guimarães Castro, professora, moradora da Rua General Glicério, localizada na área de entorno do igarapé, pelas informações fornecidas e por facilitar os contatos com seus vizinhos para a realização das entrevistas nesta localidade.

A Universidade do Estado do Amazonas e a Universidade de São Paulo pela oportunidade de realização do curso de Mestrado.

A Secretaria do Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) pela licença de dois anos concedida para a realização do Mestrado.

E, finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa de Mestrado na fase do estágio de quatro meses em São Paulo.

RESUMO

VILAÇA, Arliene Auxiliadora do Nascimento Bezerra. *Habitação e ação pública na contemporaneidade: um estudo de caso na área central de Manaus*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Na atual fase do capitalismo, as intervenções urbanas representam um fator determinante no fortalecimento e revigoramento do sistema. Partido deste pressuposto, escolhemos um fragmento da Área Central da cidade de Manaus, o Largo do Mestre Chico, onde foi implantado a primeira fase de um amplo Programa de reestruturação urbana, denominado PROSAMIM. A presente pesquisa busca analisar as mudanças ocorridas no espaço urbano e na vida da população, diante do remanejamento dos moradores e da instalação de equipamentos urbanos para a concretização do programa. Para analisarmos este processo, utilizamos a pesquisa participante no trabalho de campo, sendo aplicados cem formulários nas seguintes localidades: igarapé do Mestre Chico e área de entorno, conjuntos habitacionais construídos pelo governo na Área Central e na periferia da cidade. O estudo permite uma visão comparativa entre as diferentes realidades vivenciadas pelos moradores e ex-moradores da área de estudo no que diz respeito à habitação e ao acesso de equipamentos e serviços urbanos. De acordo com as informações coletadas, ficou evidente a utilização de um discurso estratégico por parte do Poder Público, que induz à melhoria da qualidade de vida, por meio da redução da pobreza e da sustentabilidade ambiental. No entanto, essas metas não condizem com a realidade diante dos aterramentos dos igarapés da cidade e da aparente inclusão social dos moradores envolvidos no Programa, que mesmo com as novas moradias continuaram sendo estigmatizados em função do local da antiga moradia e das precárias condições socioeconômicas que perduram na nova habitação.

Palavras-chave: Área Central, PROSAMIM, igarapé, poder público, habitação.

ABSTRACT

VILAÇA, Arliene Auxiliadora do Nascimento Bezerra. *Habitação e ação pública na contemporaneidade: um estudo de caso na área central de Manaus*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

In the current phase of capitalism urban interventions represent a determining factor in the strengthening and invigorating the system. Under this assumption, we chose a fragment of the Central Area of the city of Manaus, the Master of the Chico Largo, where he was deployed the first phase of an extensive redevelopment program, called PROSAMIM. In this sense, this research seeks to analyze the changes in urban space and life of the population, before the relocation of residents and the installation of urban equipment for carrying out the program. To analyze this process we use participatory research in the field work, where one hundred forms were applied in the following locations: Master bayou Chico and the surrounding area, government housing projects in the Central Area and on the outskirts of the city. The study provides a comparative view of the different realities experienced by residents and former residents of the study area with regard to housing and access to urban services and equipment. According to the information collected it was evident the use of a strategic discourse by the government, which leads to improved quality of life through poverty reduction and environmental sustainability. But these goals do not match the reality on grounds of the streams of the city and the apparent social inclusion of residents involved in the program, even with the new housing continued to be stigmatized as a function of the site of the old housing and the poor socioeconomic conditions that last in new housing.

Keywords: Central Area, PROSAMIM, stream, Public Power, housing.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 - Vista aérea da Cidade Flutuante 1964 e a atual Área Central de Manaus, onde existiu a Cidade Flutuante.	31
Figuras 3,4 e 5 – Localização da bacia hidrográfica do Educandos e suas microbacias.	33
Figura 6 – Igarapé de Manaus.	34
Figura 7 – Igarapé do Bittencourt.	34
Figura 8 – Igarapé do Mestre Chico.	35
Figura 9 – Antes do processo de macrodrenagem – Igarapés de Manaus e Bittencourt, Área Central.	37
Figura 10 – Depois do processo de macrodrenagem – Atual Parque Senador Jefferson Peres, Área Central.	38
Figura 11 – Conjunto Habitacional Nova Cidade, Zona Norte, 21 km da Área Central.	39
Figura 12 – Unidade habitacional de solo criado, Igarapé do Quarenta, (a) antes e (b) depois.	39
Figura 13 – Parque Senador Jefferson Peres, Área Central de Manaus.	40
Figura 14 – Área de abrangência das obras do PROSAMIM.	43
Figura 15 – Antes da construção do Largo do Mestre Chico	44
Figura 16 – Depois da construção do Largo do Mestre Chico.	45
Figuras 17 e 18 – Antes e depois da construção do Parque Kako Caminha, Zona Oeste.	47
Figuras 19 e 20 – Ponte Benjamim Constant sobre o Igarapé do Mestre Chico, representando dois momentos: ocupação no Igarapé do Mestre Chico antes da intervenção do Prosamim e o atual Largo do Igarapé do Mestre Chico, após a implantação do Programa.	49
Figuras 21, 22, 23 e 24 – Ponte Benjamim Constant sobre o Igarapé do Mestre Chico: (21) 1970, (22) 2006, (23 e 24) 2010.	51
Figuras 25, 26 e 27 – Largo do Mestre Chico.	53
Figura 28 – Vista das casas que permaneceram na área do Igarapé do Mestre Chico, (a) próximas a ponte de acesso as duas margens do igarapé e (b) visão lateral do igarapé.	54
Figura 29 – Habitações no Igarapé do Mestre Chico.	58

Figura 30 – Habitação no Igarapé do Mestre Chico.	60
Figuras 31, 32 , 33 e 34 – Pontes de madeira sobre o Igarapé do Mestre Chico.....	61
Figuras 35, 36, 37 e 38 – Aspectos das residências no Igarapé do Mestre Chico.....	64
Figura 39 – Parque Residencial Largo do Mestre Chico.	65
Figura 40 – Rua Ramos Ferreira evidenciando a proximidade do Parque Residencial Largo do Mestre Chico com as palafitas.	66
Figura 41 – Vista do Parque Residencial Largo do Mestre Chico a partir das palafitas localizadas na área que não sofreu intervenção.....	66
Figuras 42, 43 e 44 – Casas da área do entorno ao Igarapé do Mestre Chico.....	68
Figuras 45 e 46 – Feira do Tururi e Saúde na rua, respectivamente.....	70
Figuras 47, 48 e 49 – Residência da entrevistada, evidenciando as informações citadas.....	71
Figuras 50, 51 e 52 – Aspecto da rua e da casa da moradora entrevistada.	73
Figura 53 – Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho.....	80
Figura 54 e 55 – Estrutura interna das UH's construídas pelo PROSAMIM (Parque Residencial Mestre Chico)	81
Figura 56 – Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho.....	82
Figura 57 – Parque Residencial de Manaus.	89
Figura 58 – Alterações das obras em um ponto do canal do Mestre Chico em diferentes meses. (a) 02/10/2008; (b) 23/12/2008; (c) 03/04/2009.....	94
Figura 59 – Vista aérea do Conjunto Nova Cidade.	97
Figura 60 – Vista parcial do Conjunto Nova Cidade.....	99
Figura 61 – (a) Conjunto João Paulo; (b) Conjunto Cidadão I ; (c) Conjunto Nova Cidade; (d) Conjunto Galiléia; (e) Conjunto Cidadão V e (f) Conjunto São Gabriel da Cachoeira.....	102
Figura 62 e 63 – Conjuntos habitacionais Vila da Barca e Prosamim.....	105

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização de Manaus	27
Mapa 2 - Delimitação das bacias urbanas com maior densidade ocupacional.	41
Mapa 3 - Delimitação do Centro de Manaus	42
Mapa 4 - Mapa parcial da Bacia do Educandos - Igarapé do Mestre Chico	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Municípios com rede coletora de esgoto	25
Gráfico 2 - Evolução da População de Manaus	30
Gráfico 3 - Tempo de Moradia	62
Gráfico 4 - Situação Ocupacional dos entrevistados	63
Gráfico 5 - Amostragem do número de pessoas por residência	63

SIGLAS

AGECOM – Agência de Comunicação do Estado do Amazonas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CEF – Caixa Econômica Federal

CFB – Constituição Federal Brasileira

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

FEH – Fundo Estadual de Habitação

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PACP – Plano de Aquisições e Contratações para o Projeto

PDDR – Plano de Ações para reposição de moradias, Remanejamento da população e Atividades econômicas instaladas em áreas requeridas para a implantação do PROSAMIM

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA/MMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ Ministério do Meio Ambiente

PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

RGAS – Relatório de Gestão Ambiental e Social do Prosamim

SDS – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SEINF – Secretaria Estadual de Infraestrutura

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SUHAB – Superintendência Estadual de Habitação

UGPI – Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos igarapés de Manaus

UH'S – Unidades Habitacionais

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPITULO 1	
MANAUS: OS IGARAPÉS, A MORADIA E A AÇÃO PÚBLICA NA ÁREA CENTRAL.....	24
1.1A habitação e as águas	26
1.2 Caracterização do PROSAMIM.....	36
1.2.1 PROSAMIM e o “reordenamento” do espaço urbano.....	41
1.3 Área de estudo	48
1.4 Do igarapé ao Largo do Mestre Chico.....	50
CAPÍTULO 2	
DA INTERVENÇÃO URBANA À INTERVENÇÃO HUMANA	56
2.1 A vida transformada com o PROSAMIM: cinco situações em um mesmo processo	57
2.1.1 O cotidiano dos moradores do igarapé do Mestre Chico: Área que ainda não sofreu intervenção do PROSAMIM	58
2.1.2 A vida para quem “ficou”: moradores residentes no entorno do Largo do Mestre Chico.....	67
2.1.2.1 O entorno do Largo do Mestre Chico: processos de valorização do solo, gentrificação ou homogeneização?	75
2.1.3 As unidades habitacionais construídas pelo Programa PROSAMIM e a visão de seus moradores.....	78
2.1.3.1 População Remanejada para o Conjunto Habitacional Largo do Mestre Chico	84
CAPÍTULO 3	
A AÇÃO PÚBLICA E A VIDA NA PERIFERIA DA CIDADE.....	90
3.1 A vida na Zona Norte da Cidade	90
3.2 Caracterização do Conjunto Nova Cidade.....	95
3.3 O Estado e o capital internacional.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

A problemática habitacional em Manaus pode ser considerada um fato histórico e um dos mais cruéis problemas da capital Amazonense. Tal fato decorre das condições gerais traçadas pelo Poder Público e também devido aos principais processos econômicos vivenciados pela cidade - Ciclo da Borracha e Zona Franca de Manaus - repletos de injustiça e exclusão social. Nestes períodos, a população local, na maior parte das vezes, ficou à margem dos benefícios gerados por tais processos.

No período áureo da borracha, o espaço geográfico de uma cidade encravada na Floresta Amazônica foi sendo construído nos moldes das cidades européias, ficando conhecida como a Paris dos Trópicos. Neste período, os recursos públicos eram destinados à construção de prédios suntuosos, como o Teatro Amazonas, a Alfândega, o Mercado Adolpho Lisboa, o Palácio da Justiça e inúmeros casarões dos antigos senhores da borracha. Nessa época, somente a elite amazonense usufruía de tais investimentos.

Nesse contexto, coube à população desprovida de infraestruturas sociais de educação, saúde, habitação e outros serviços sociais, procurar alternativas de sobrevivência no espaço urbano que estava sendo configurado em Manaus. Entre as alternativas, estava a habitação sobre os igarapés¹, o que resultou em grandes bolsões de pobreza bem na Área Central da metrópole da Amazônia Ocidental. Neste período, vários igarapés também foram aterrados, pois representavam uma espécie de empecilho para o crescimento urbano da cidade.

Assim, desde o primeiro grande ciclo econômico da Amazônia, o período áureo da borracha (1852 a 1913), a cidade de Manaus sofre uma espécie de extermínio de seus cursos d'água, sendo os igarapés substituídos paulatinamente por extensas avenidas². Além disso, a

¹ Igarapé é um termo indígena que significa “caminho da canoa” (de igara – canoa, e pé – trilha, caminho); corresponde a um rio com menores dimensões, porém com as mesmas características de grande rio.

² O professor Otoni Mesquita em seu livro *Manaus História e Arquitetura*, relata esse processo analisando o discurso de um dos governadores do Amazonas deste período: Em 1909, o governador Antônio Ribeiro Bittencourt (1909, p.30) fez várias críticas aos trabalhos de saneamento realizados na cidade. Condenou as escavações e aterros de igarapés, que, em seu entender, despojaram a capital de seus acidentes naturais, tirando-lhe “um de seus encantos”, e classificou o aterro dos mesmos como “infeliz idéia”, por acreditar que se fossem convenientemente drenados fariam de Manaus, “não só a linda princesa do Rio Negro, mais ainda uma Veneza mais poética, mais gentil e menos sombria, enfeitada pela luxuriosa vegetação amazonense”. Por isso lamentava que a mais de doze anos o Tesouro despendia grandes somas como obras de aterro, sem ter conseguido concluí-las. Condenou a “mania de escavações”, predominante no espírito dos dirigentes, que, sem um plano previamente “assentado”, promoviam obras de aterro em áreas que anteriormente haviam sido escavadas (MESQUITA, 2006, p.166, grifo do autor).

história também é marcada pelas incansáveis remoções das populações que habitam as margens dos igarapés, principalmente na Área Central da cidade.

Com a implantação da Zona Franca, em 06 de julho de 1957 pela Lei 3.173 e regulamentada pelo Decreto Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967 foram construídos prédios modernos, redes de hotelarias, condomínios residenciais e os primeiros *shopping centers*. Neste período, ocorreu um acelerado fluxo migratório e a estrutura da cidade não foi capaz de absorver e integrar a população aos processos econômicos e sociais.

Desta forma, contrastando com a beleza das construções modernas foram surgindo bairros periféricos, sem as condições necessárias para a moradia da população. Novamente, os igarapés foram alvos de ocupações, o que possibilitou o surgimento da “Cidade Flutuante” - década de 1960 - constituída por várias palafitas localizadas na área Central da cidade.

Durante décadas, a expansão e a precariedade das habitações sobre os igarapés passaram a fazer parte da paisagem urbana de Manaus como um processo natural da evolução dos tempos. Diariamente pessoas transitavam pelas ruas da Área Central e também por bairros limítrofes, onde os aglomerados de palafitas e os igarapés poluídos pareciam imperceptíveis ao cotidiano de quem não está inserido em tal condição de pobreza social absoluta.

Atualmente a cidade está vivenciando um grande processo de reestruturação urbana que advém de uma nova estratégia de revigoramento do capitalismo, onde a produção do espaço urbano e a questão ambiental correspondem ao grande *locus* da expansão e acumulação do capital. Nesse processo, a cidade de Manaus passou a ser o palco de empreendimentos que reúnem ações projetadas por três grupos de poder: o Estado, as empresas privadas e as agências multilaterais de desenvolvimento³.

Esta combinação de poderes se articula na cidade por meio do planejamento estatal, que possibilita a aplicabilidade de projetos e programas pautados nos interesses dos atores hegemônicos com interesses localizados. Suas estratégias baseiam-se em exemplos de “cidades-modelos”, cujo embelezamento urbano corresponde ao marketing do empreendimento.

Nesse processo, a Área Central ganha destaque pelo poder que possui em atrair investimentos, por concentrar atividades comerciais diversas e os mais variados tipos de trabalho, comportando, desta maneira, vários níveis da transformação urbana da cidade:

³ Segundo SÁNCHEZ, as agências multilaterais são organismos de caráter internacional e ação global, que operam como centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas: BID, BIRD – Banco Mundial, a ONU – Organização das Nações Unidas e suas agências (p. ex.: Agência HABITAT, CENUEH – Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos). Seu poder político está associado à atuação simultânea em diversas escalas: nacional e supranacional, regional e local (SÁNCHEZ, 2001, p. 31).

econômico, social, cultural e simbólico. Este último, porque é na Área Central, na maior parte das vezes, que se inicia a organização espacial da cidade representado na arquitetura, nos modos particulares de vida e nas memórias coletivas. Nesse sentido, o planejamento estatal cria estratégias para garantir a funcionalidade do sistema capitalista, e, segundo CARLOS “a cidade aparece como bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital”. (CARLOS, 2008, p.85).

Hoje, a Área Central de Manaus está passando por um conjunto de intervenções físicas e normativas, traçadas pelo Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, nas quais estão impressos, também, os interesses dos setores privados. Dessa forma, pesquisar sobre **“Habitação e ação pública na contemporaneidade: um estudo de caso na Área Central de Manaus”** nos permite compreender como as transformações no espaço urbano representam uma estratégia do Poder Público para torná-lo competitivo ou novamente atraente aos investimentos de caráter privado. Além disso, nos ajuda a entender como essas intervenções mudam bruscamente a vida das pessoas moradoras das áreas atingidas por projetos e programas urbanos.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar as mudanças ocorridas no espaço urbano e na vida da população diante de um amplo processo de reestruturação urbana pelo qual a cidade está passando. Para isso, daremos ênfase ao principal Programa urbano vivido pela população manauara: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Tendo como universo de estudo o igarapé do Mestre Chico, onde teve início a primeira etapa da implantação do Programa.

Além deste aspecto, a razão dessa escolha também se dá por ter relação com o meu cotidiano de professora de Geografia do ensino fundamental e médio da rede pública de Manaus. Isso porque, a Escola em que trabalho localiza-se em uma das áreas de abrangência do Programa PROSAMIM, onde pude presenciar vários depoimentos de alunos no que diz respeito às ações da intervenção. Muitos relataram que suas casas, localizadas às margens do igarapé, estavam marcadas para serem demolidas em função da intervenção do Programa, e que, por isso, pediriam transferência para outra escola. Isso significou presenciar o espaço urbano sendo transformado e ao mesmo tempo alterando o cotidiano das pessoas.

O Programa PROSAMIM apresenta como uma de suas metas principais a “reordenação” do espaço urbano, mediante as seguintes intervenções: construção de vias e parques públicos com áreas de lazer, pistas de caminhada, quadras poliesportivas, playground e área de ginástica; construção de unidades habitacionais de solo criado; canalização dos

igarapés; obras de macro e micro drenagem; infraestrutura sanitária e sustentabilidade social e ambiental.

Para que tais medidas sejam viabilizadas, o Programa está realizando o reassentamento das famílias que habitavam as áreas de intervenção em unidades/conjuntos habitacionais construídos pelo governo na Área Central e na periferia de Manaus ou em locais escolhidos pelo morador mediante a venda de seu imóvel. No entanto, se o imóvel possui um baixo valor econômico por estar localizado no leito do igarapé, considerado como habitação “irregular”, o proprietário poderá receber o bônus moradia no valor de R\$ 21.000,00, caso não faça a opção por um apartamento ou casa nos conjuntos habitacionais construídos pelo governo. No entanto, esse valor não permite comprar um imóvel nas adjacências da antiga residência na Área Central de Manaus, em função da valorização do solo, principalmente após a intervenção. Dessa forma, muitos “optam” pelos apartamentos de 54 metros quadrados na Área Central, insatisfatórios para uma família com muitos membros ou por uma casa nos conjuntos habitacionais nas Zonas Leste e Norte da cidade, a 21 km de distância da Área Central. Nessas condições, as opções de reassentamento se tornam imposições na vida dos moradores inseridos na política urbana do Estado.

Todo esse processo está sendo viabilizado mediante investimentos do capital internacional. Uma vez que o Estado está efetivando o Programa com empréstimos financiados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, orçado até o momento em aproximadamente US \$500 milhões (RGAS, 2005, p.2).

A primeira etapa do Programa teve início na Bacia do Educandos, localizada na porção sudeste e central da cidade. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental do PROSAMIM, esta bacia apresenta uma área de 44,87 km² e percorre dezessete bairros de Manaus: Centro, Praça 14 de Janeiro, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroado, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Bethânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus (RIMA/PROSAMIM, 2004, p.12).

É composta por 33 igarapés, onde os igarapés Bittencourt, Manaus, Mestre Chico e Quarenta, ganham relevância no Programa por estarem inseridos na Área Central e por apresentarem um elevado contingente populacional, distribuídos em extensos aglomerados de palafitas. A população residente na área do Programa era de 342.167 habitantes, número que representava 24% da população da cidade de Manaus, sendo o número total de habitantes por bairros bastante heterogêneos. (RIMA/PROSAMIM, 2004, p.40).

Com esses dados podemos perceber a dimensão do Programa PROSAMIM, não só no espaço urbano, mas principalmente na vida de várias pessoas. Sua implantação é legitimada pelo Poder Público por meio do discurso que remete a redução da pobreza e a melhoria do meio ambiente, onde a política habitacional ganha uma proporção considerável se comparada às outras ações do Programa. Entretanto, analisando suas estratégias de intervenção percebemos que a habitação não é o foco principal diante da segregação socioespacial e da gentrificação inclusas na política habitacional inerente ao Programa.

Nesse sentido, buscamos reunir elementos que possibilitem repensar as estratégias de intervenções urbanas, relacionando-as com escalas locais e globais, com o intuito de refletirmos sobre o futuro da Área Central. Estará esta área tornando-se um referencial para que tipo de população? Para todos ou para parcelas específicas? Quem são os mais beneficiados? Almeja-se uma Área Central comercial ativa para toda a sociedade ou apenas uma área que enobrece a cidade? Por meio do estudo do Programa PROSAMIM é possível refletirmos sobre estas indagações e analisarmos o impacto que as políticas de reestruturação urbana têm na construção de novas centralidades e no fortalecimento do poder cultural como uma estratégia econômica.

Este estudo tem por objetivo analisar e discutir a relação entre a (re) produção do espaço urbano e suas implicações na vida da população residente na área do Igarapé do Mestre Chico. A compreensão dos fatores socioeconômicos, políticos e culturais que envolvem as famílias remanejadas, correspondem ao foco da pesquisa.

Para atingirmos esse objetivo, a estratégia metodológica utilizada foi dividida em quatro partes, a saber:

A primeira corresponde à pesquisa bibliográfica e documental que se estendeu por todo o decorrer do trabalho. Nesta etapa foram analisados documentos oficiais do Programa PROSAMIM, para compreendermos as metas e as ações da intervenção urbana realizadas na cidade de Manaus, especificando as obras no igarapé do Mestre Chico, como prioritárias para o estudo. Para que esta etapa fosse cumprida, foram realizadas visitas técnicas a Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM (UGPI), onde realizamos entrevistas com a equipe de relações públicas do Programa, que nos deram informações e documentos sobre o andamento das obras do PROSAMIM. Paralelamente a esta análise foram realizados estudos bibliográficos que subsidiaram as temáticas abordadas no decorrer de todo o trabalho.

A segunda etapa consistiu-se na pesquisa de campo, para confrontarmos a realidade da vida no igarapé com os objetivos propostos pelo Poder Público na transformação do espaço

geográfico. No primeiro momento da pesquisa, percebemos quatro situações distintas mediante as entrevistas realizadas: (1) moradores que ainda estão vivendo no seguimento do igarapé que ainda não sofreu intervenção; (2) moradores da área do entorno do igarapé que não saíram de suas casas com a intervenção; (3) população remanejada para os apartamentos na Área Central construídos pelo Programa; (4) população remanejada para o Conjunto Nova Cidade. Durante o andamento da pesquisa, surge a quinta situação neste processo: (5) a transferência das famílias residentes no trecho do igarapé do Mestre Chico que ainda não sofreu intervenção para a unidade habitacional do Largo do Mestre Chico, construída pelo Programa PROSAMIM e entregue à população em agosto de 2011. Foram vinte entrevistas por grupo, contabilizando ao todo cem entrevistas durante o decorrer do trabalho de campo.

A divisão dos entrevistados em grupos tem como objetivo identificar se a ação do Poder Público é vista da mesma forma por todos os moradores que tiveram as suas vidas transformadas pelo Programa. Para alcançar esta meta, foram usados formulários, em que se privilegiaram perguntas abertas por se tratar do estudo do cotidiano das pessoas, passíveis de mudanças a cada momento. As entrevistas transcorreram de forma espontânea, os moradores se sentiram a vontade para relatar sua trajetória de vida no igarapé e falar das mudanças geradas pelo ambiente da nova moradia direcionada pelo Poder Público.

Ocorreu o uso da observação participante como parte da metodologia, contribuindo para inserção e aproximação com os moradores da área de estudo, que permitiram, sem grandes constrangimentos, registros de conversas por meio do gravador e do diário de campo, além de fotografias do ambiente de moradia.

A elaboração dos formulários foi estruturada a partir do objetivo geral da pesquisa. Desta forma, o roteiro segue as seguintes abordagens: questões socioeconômicas, os trâmites para a escolha das opções de reassentamento, identidade com o lugar da antiga moradia, relações de vizinhança/parentesco e acessibilidade aos serviços de infraestrutura no espaço urbano da antiga e da nova moradia.

A terceira etapa da pesquisa corresponde às análises e tabulações de informações contidas nos formulários, visando à compreensão da realidade vivida pelos grupos de moradores entrevistados. Posteriormente, partimos para a elaboração de gráficos socioeconômicos e demográficos referentes aos dados coletados.

A partir desse ponto, partimos para a quarta etapa deste trabalho, que corresponde à correlação das informações da pesquisa de campo com a bibliografia estudada.

O presente trabalho está dividido em três capítulos: **Manaus: os igarapés, a moradia e a ação pública na Área Central; Da intervenção Urbana à Intervenção Humana; A ação pública e a vida na periferia da cidade.** A escolha dos referidos temas procurou contemplar os problemas sugeridos pelo título da Dissertação.

O primeiro capítulo abre a discussão com a problemática da moradia brasileira, evidenciando a desigualdade social presente na produção do espaço urbano, por meio dos dados da Pesquisa de Saneamento Básico realizada pelo IBGE. Posteriormente, é feita uma análise sobre a população amazonense com as águas da região, evidenciando a relação da habitação com os igarapés da cidade, em especial os da Área Central. Buscou-se também corroborar que durante os dois maiores períodos de ascensão econômica do Estado – Borracha e Zona Franca – o Poder Público usou da racionalidade tecnocrática para satisfazer o interesse de políticas externas, visando à expansão do capital internacional em detrimento dos interesses da população local. Fato este perceptível diante das incansáveis remoções da população pobre da Área Central em função de projetos e programas que sempre culminavam com os aterramentos dos igarapés, tidos como “obstáculos” à expansão urbana da cidade.

Este capítulo também aborda a caracterização do PROSAMIM, onde apresentamos o objetivo geral e as estratégias de intervenção propostos pelo Programa, além de algumas ações já executadas até o presente momento, que evidenciam a dimensão do Programa na (re) produção do espaço urbano e na vida das pessoas moradoras da área de intervenção. Apresentamos também a área de estudo e sua transformação dentro de uma lógica capitalista que muda a função e o uso do lugar, potencializando a realização de lucros, principalmente para os setores privados.

No segundo capítulo, analisaremos parte dos dados colhidos na pesquisa de campo por meio dos gráficos socioeconômicos construídos a partir das entrevistas e co-relacionando os objetivos do Programa PROSAMIM com os depoimentos das famílias envolvidas na área de estudo. Discutiremos também a questão de problemas urbanos implícitos nas ações desenvolvidas pelo Programa: valorização do solo, gentrificação e homogeneização do espaço urbano.

O terceiro capítulo contempla a pesquisa de campo realizada no Conjunto Nova Cidade, onde destacaremos a caracterização do conjunto e a mudança na vida da população reassentada nesta localidade, por meio dos depoimentos que expressam os pontos positivos e negativos vivenciados pelos antigos moradores do igarapé do Mestre Chico. Também abordaremos questões referentes à segregação socioespacial, formação de guetos,

gentrificação e homogeneização dos conjuntos habitacionais construídos pelo Poder Público. Além disso, destacaremos a relação do Estado com o financiamento internacional realizado pelo BID, para a concretização do PROSAMIM. Finalmente, apresentam-se as considerações e reflexões gerais deste trabalho que permeia o cotidiano de famílias moradoras de palafitas sobre o igarapé do Mestre Chico na Área Central de Manaus associado a um amplo processo de reestruturação urbana, que promove reassentamentos e criações de espaços públicos de lazer dentro de uma visão empresarial do mundo capitalista, intitulado Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.

CAPITULO 1

MANAUS: OS IGARAPÉS, A MORADIA E A AÇÃO PÚBLICA NA ÁREA CENTRAL

O ser humano desde os tempos mais remotos da Pré-História sempre teve necessidade de ter um lugar para morar, para se abrigar da chuva, dormir e se proteger dos animais ferozes. Utilizavam-se das cavernas para tais finalidades.

Na sociedade atual, para se ter uma moradia, é necessário pagar (pelo aluguel ou pela propriedade privada). Aquele que não possui recursos financeiros busca estratégias para conseguir tal objetivo, chegando mesmo a ocupar prédios abandonados, abrigar-se sob pontes ou criar "moradias" improvisadas com restos de madeira, isopor, lonas e até mesmo papelão. A luta por um “teto”, dentre as várias necessidades para a reprodução da vida, gera diferentes embates na busca de possibilidades de sobrevivência. Isso porque a terra adquire um valor econômico por meio da sociedade capitalista que se apropria e a transforma em mercadoria, em um produto, viabilizando a produção de lucros e a reprodução do sistema econômico.

O preço da terra varia de acordo com a infraestrutura e os serviços atribuídos ao espaço urbano na qual está inserida. Para CARLOS (2008, p.171),

A propriedade privada de parcelas do espaço aparece como título jurídico que sacramenta o processo da apropriação que esta na base do sistema capitalista de produção – tanto material quanto da vida. O modo pelo qual o individuo terá acesso à terra, como condição de moradia, vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e do conflito entre parcelas da população. Assim, o tipo local, tamanho e forma de moradia vai depender de produção material geral da sociedade.

A localização do imóvel na cidade tem um papel fundamental na constituição desse preço do solo urbano. No caso de Manaus, o Poder público, juntamente com a iniciativa privada, vem realizando desapropriações com a finalidade de transformar esse espaço ainda mais lucrativo e rentável, principalmente para atender um consumidor da classe média e alta. A classe com menor poder aquisitivo, muitas vezes, é obrigada a se deslocar para áreas mais distantes dos centros das cidades, pois a população pobre não pode pagar pelos benefícios gerados por uma sociedade que exclui aquele que não tem recursos para morar dignamente. Isso nos remete a visão de CARLOS (2008, p.156):

A periferia é o destino do trabalhador de baixa renda, em áreas pouco valorizadas pela dificuldade de acesso, deficiência de infraestrutura e

condições de habitabilidade; localização esta determinada pelo processo de valorização do solo urbano, acentuada pelos investimentos públicos, que, ao produzirem infraestrutura urbana, ocasionam a valorização das terras.

A questão da moradia no Brasil põe em foco a relação entre as ações do Poder Público e a desigualdade social presente na produção do espaço urbano. O problema da moradia pode ser considerado um dos mais graves do país. O IBGE aponta na publicação da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, divulgada em agosto de 2010, que dos 57,5 milhões de domicílios do Brasil em 2008, 43% foram considerados inadequados para moradia, ou seja, um total de 24,7 milhões de lares. Quase 35 milhões de brasileiros (34,8 milhões) não contavam com serviço de rede coletora de esgoto (gráfico 1) e os vazadouros a céu aberto (lixões) constituíram o destino final dos resíduos sólidos em 50,8% dos municípios do país. Nas regiões Nordeste e Norte estão as maiores proporções de destinação de resíduos nos lixões, - (89,3% e 85,5%, respectivamente) o que representa maior proporção de disseminação de doenças para a população local.

Gráfico 1 - Municípios com rede coletora de esgoto

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000/2008.

A Constituição Federal assegura vários direitos sociais, entre eles o da habitação satisfatória como pressuposto para a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CFB). No entanto, diante dos dados acima, percebemos que existe um abismo entre o texto constitucional e a realidade brasileira, que não diz respeito apenas a dados quantitativos, pois

mesmo entre aqueles que possuem uma moradia, muitos estão insatisfeitos com suas condições inadequadas. Este fato pode ser constatado com nossa pesquisa, que analisa essas características na forma de moradia mais peculiar e antiga da cidade de Manaus: a habitação sobre os igarapés.

1.1 A habitação e as águas

*Amazonas moreno, tuas águas sagradas são
lindas estradas, são contos de fadas
ó meu doce rio. A canoa que passa, o vôo da
garça as gaivotas cantando em ti vão deixando o
gosto de amar.*

Música: Raízes Caboclas

A presente música enaltece as águas do rio Amazonas, como elemento primordial na vida do ribeirinho do Estado do Amazonas e do povo da cidade de Manaus em particular. O trecho da música do grupo regional Raízes Caboclas decanta muito bem esse cenário. É nesse contexto que queremos localizar Manaus, situada em uma vasta rede hidrográfica da Amazônia Ocidental, bem na confluência dos rios Negro e Solimões (Mapa 1), sendo, portanto, uma cidade entrecortada por inúmeros igarapés. Esta localização facilitou desde a sua origem, a circulação de mercadorias e de pessoas pelas conexões (fluviais e marítimas) nacionais e internacionais.

Mapa 1- Localização de Manaus

Fonte: IBGE, 2005 e INPE – Imagem CBERS. Organizado por: Danielle Costa.

Devido a essas características naturais, quando se fala em Manaus ainda se permeia no senso comum, principalmente dos que moram no Centro-Sul do país, a idéia de cidade tranqüila encravada na Floresta Amazônica. Entretanto, Manaus é hoje uma grande cidade, classificada como o 12º maior centro urbano do país, considerada uma metrópole regional, apesar de não constituir uma aglomeração conturbada, como as demais 11 metrópoles nacionais (PNUMA/MMA, 2000). Estão presentes também em Manaus características semelhantes a outras metrópoles brasileiras, como por exemplo, problemas urbanos relacionados aos transportes, saneamento básico, habitação, violência, entre outros, bem como a produção de riqueza marcadamente na Zona Industrial.

As pessoas que vivem na cidade de Manaus (hoje uma metrópole regional), ainda mantêm suas referências e raízes com o grande “rio mar”⁴. É comum nos finais de semana e feriados, pessoas atravessarem o rio para visitar familiares que moram do outro lado da margem. Buscam também lugares tranquilos que lhes proporcionam o contato com a natureza, como uma fuga da agitação presente no cotidiano da vida urbana. Geralmente, esses lugares têm relação com a água, ou é um sítio, ou ainda fica próximo a uma cachoeira ou de um lago. O homem manauense, habituado com a urbanidade, ainda vê neste “caudal bonito (o rio), o

⁴ Trecho da música Amazonas Moreno do grupo Raízes Caboclas.

desejo infinito de plantar seu grito nas ondas do mar”⁵. O grito que a sociedade, seja ela em qualquer cidade, está preso na garganta: de menos exploração, menos injustiça, de menos corre-corre. O ser humano, a nosso ver, almeja paz, segurança, tranquilidade. O grande problema, e daí a grande contradição, é que em nossa sociedade, tendencialmente, buscam-se esses valores no consumo, no ter, em detrimento do ser.

Os igarapés que sempre representaram uma referência para a população foram, ao longo dos processos econômicos vivenciados pela cidade, ocupados pela população de menor poder aquisitivo, que fica a margem desse processo de reprodução capitalista, inserindo-se precariamente, no limite da sobrevivência.

Segundo OLIVEIRA (2000, p.02) a forma como se deu a produção do espaço em Manaus, contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição e diversidade.

De acordo com essa totalidade, podemos destacar dois períodos da economia manauara que marcaram seu “desenvolvimento” urbano: o período áureo da borracha (1852 a 1913) e o da Zona Franca de Manaus, implantada em 06 de julho de 1957 pela Lei 3.173 e regulamentada pelo Decreto Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967. No primeiro, o espaço geográfico de uma cidade encravada na Floresta Amazônica, foi sendo construído nos moldes das cidades européias, distante da realidade local. Neste período, prédios suntuosos foram construídos para atender aos anseios da elite da época, enquanto que a maior parte da população ficou à margem desse processo. Segundo MESQUITA (2006, p.206) o famoso Teatro Amazonas, símbolo da cidade até os dias de hoje, evidencia mais um ato de ostentação de riqueza e pretensa civilidade do que uma necessidade reivindicada pela vida artística local. Era mais uma peça importante para compor a idéia de *vitrine*⁶.

Para a população pobre restava ocupar as áreas dos igarapés, consideradas nesta época área sem valor imobiliário. Com um discurso de ampliar os domínios espaciais da cidade e uma constante tentativa de expulsar a população da Área Central, o Poder Público desenvolve uma política de aterramento dos igarapés, que foram substituídos paulatinamente por extensas avenidas, sendo até os dias atuais alvo de uma política de “extermínio” de seus cursos d’água, como se fossem obstáculos para o avanço urbanístico de Manaus. Atualmente, os igarapés estão sendo substituídos por parques, pistas de caminhada, conjuntos habitacionais, quadras

⁵ Trecho final da música Amazonas Moreno do grupo Raízes Caboclas.

⁶ Grifo do autor.

poliesportivas, entre outros. Esse fato é marcado por incansáveis remoções das populações que habitam as margens dos igarapés, principalmente na Área Central da cidade. Isso nos remete a visão de OLIVEIRA (2000, p.3), quando afirma:

Em Manaus, o papel do Estado na produção do espaço urbano não se dá na perspectiva da mediação, mas da defesa dos interesses que se colocam claramente contrários aos das populações locais. No urbanismo que se produz no período da borracha, o Estado fixa sua racionalidade, explode as dimensões pretéritas, quer sejam naturais, quer sociais.

Com a implantação da Zona Franca de Manaus, não foi diferente. Novamente a população pobre aparece como obstáculo aos interesses do Estado. Nesse momento, a cidade passa a apresentar uma nova fisionomia resultante dos investimentos gerados pela criação de um centro industrial e comercial. Para BECKER (2008, p.107), Manaus tornou-se um porto fluvial livre e núcleo de localização de projetos industriais, dinamizando sua economia a partir de então. Para atender as demandas geradas por meio do pólo industrial, foram construídos prédios modernos, redes hoteleiras, condomínios residenciais⁷, *shopping centers*, entre outros. Tal fato contribuiu para um acelerado fluxo migratório, resultando em um processo de desestruturação da economia amazonense.

De acordo com dados do IBGE, antes da implantação da ZFM, a população de Manaus era de 175.343 habitantes. Já em 1970, houve um crescimento demográfico de 77,72%, e a população da cidade passou a totalizar 311.622 habitantes (Gráfico 2). Tal fato se deu em função da atração populacional provocada pela instalação de novas empresas, pois gerou novas perspectivas de emprego. Das 145 empresas instaladas em 1967, a ZFM passa a contar com 800 em 1977, sendo destinadas ao comércio, à indústria e à agropecuária. Em 1987, a ZFM representava 75% do Produto interno Bruto – PIB de todo o Estado, gerando mais de 120 mil empregos diretos e indiretos. Tal fato contribuiu para que entre os anos de 1980 e 1990, houvesse um acelerado processo de ocupação do solo, com um crescimento de 8% ao ano, como podemos observar no gráfico 2.

⁷ Esses conjuntos residenciais visavam atender a classe média que trabalhava na indústria, comércio ou no serviço público. RIBEIRO FILHO, 1999, p.41.

Gráfico 2 - Evolução da População de Manaus

Fonte: Censos Demográficos de 1960 a 2000, IBGE.

Para OLIVEIRA (2008, p. 35), Manaus ampliou seus domínios espaciais, com a interiorização pelas “terras firmes”, num modelo de ocupação mista, entre as intervenções planejadas pelo Estado (conjuntos habitacionais) e ocupações espontâneas. Como exemplos dessas ações implantadas pelo Estado, estão: a construção de conjuntos habitacionais, como o Conjunto de Flores no bairro do mesmo nome e o “Costa e Silva” no bairro da Raiz. Este conjunto foi construído com casas e ruas numeradas, como uma das tentativas do governador Arthur Reis para solucionar o problema dos desabrigados da antiga Cidade Flutuante⁸ (figura 1). As casas eram sorteadas e quem fosse contemplado recebia o imóvel junto com um longo carnê de prestações, que duravam entre sete a quinze anos para serem quitadas. Cerca de 80% da população era formada por pessoas carentes que não tinham condições de pagar as prestações, por isso, muitos abandonaram ou venderam seus imóveis. Atualmente, são poucos os moradores da antiga Cidade Flutuante que ainda vivem no local.

⁸ A “Cidade Flutuante” era um núcleo de casas sobre troncos de madeira, localizadas na entrada do porto de Manaus, com um total aproximado de 750 unidades. Além desse núcleo existia também cerca de 1.200 unidades de flutuantes dispersos ao longo de dezenas de igarapés e braços de igarapés que cortavam a cidade como um todo. (SALAZAR, 1985, p.45).

Figura 1 e 2 - Vista aérea da Cidade Flutuante 1964 e a atual Área Central de Manaus, onde existiu a Cidade Flutuante.

Fontes: (1) acervo do professor Otoni Mesquita/ (2) < portalamazonia.globo.com > acesso em 08/07/2011.

Para impedir que a população ocupasse novamente as margens do Rio Negro na Área Central da cidade (fato que incomodava a elite manauense e destoava do modelo de cidade que o Poder Público visava obter com a implantação da Zona Franca de Manaus) foram tomadas várias medidas, entre elas, um aterramento de grandes proporções que distanciou a água em mais de 150 metros do local onde iniciava a Cidade Flutuante.

Além disso, na década de 1990, foi construída uma muralha⁹ na Área Central da cidade, bem nas proximidades do Mercado Adolpho Lisboa, o que impediu qualquer forma de habitação nesta localidade. Atualmente nessa área, temos um cais, onde encontramos um grande número de embarcações importantes para o deslocamento de pessoas, como para o escoamento de mercadorias aos municípios do Estado, como podemos visualizar na figura 2.

Assim, a área de entorno do porto de Manaus não foi mais ocupada com a população ribeirinha, no entanto como a cidade é entrecortada por igarapés, outros trechos da área central formada por esses cursos d'água, passaram a representar a única alternativa de moradia para a população pobre, seja ela de migrantes ou não.

Isso por que a Área Central de Manaus ainda é muito cobiçada, principalmente por apresentar uma infraestrutura privilegiada, como por exemplo, melhor oferta de transporte coletivo, comércio diversificado e maiores possibilidades de trabalho. Além disso, apresenta um patrimônio singular representado na arquitetura, nos modos particulares de vida e nas memórias coletivas.

Esses elementos manifestam o desenvolvimento histórico da cidade e para muitos, integrar este espaço simbólico e ao mesmo tempo funcional pode ser uma alternativa para “mudar de vida” (principalmente os migrantes do interior do Estado do Amazonas e também de outros estados, chegam com este sonho), mesmo que seja nas margens ou nos leitos dos igarapés da Área Central. Já a periferia da cidade não apresenta essas características atrativas, não despertando desta forma o interesse da população.

Entre as quatro bacias hidrográficas¹⁰ localizadas na área urbana da cidade, a Bacia do Educandos (figura 3) localizada na porção sudeste foi ocupada em grandes proporções, principalmente por envolver também a Área Central de Manaus.

⁹ Na década de 1990 foi construída uma muralha de arrimo no centro da cidade de Manaus, que acompanha parte da margem do Rio Negro, se estendendo desde o Porto de Manaus até as proximidades do bairro da Cachoeirinha. A partir desta obra, esta parte do centro ficou conhecida como Manaus Moderna.

¹⁰ De acordo com o Relatório Ambiental Integrado, “a área urbana de Manaus abrange quatro bacias hidrográficas, todas contribuintes da grande bacia do rio Negro. Duas bacias encontram-se integralmente dentro da cidade – do igarapé de São Raimundo e do igarapé do Educandos – e duas parcialmente inseridas na malha urbana –do igarapé do Tarumã-Açu e do rio Puraquequara.” Projeto geo cidades: 2002.p.68.

Figura 3, 4 e 5 - Localização da bacia hidrográfica do Educandos e suas microbacias.
Fonte: Ercivan de Oliveira, 2010.

Os igarapés do Mestre Chico, Manaus, Bittencourt e Quarenta localizados nesta bacia (figuras 4,5) foram ocupados e transformados em grandes bolsões de pobreza, considerados por décadas área sem valor imobiliário. Como podemos visualizar nas figuras 6, 7 e 8,

registradas antes da intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROSAMIM.

Figura 6 - Igarapé de Manaus.

Fonte: < chicobatata.blogspot.com > acesso em 10/07/2011.

Figura 7 - Igarapé do Bittencourt.

Fonte: < chicobatata.blogspot.com > acesso em 10/07/2011.

Figura 8 - Igarapé do Mestre Chico.

Fonte: <www.skyscrapercity.com> acesso em 10/07/2011

Esta realidade tem sido alvo de vários Programas e Projetos que culminavam com a remoção dessas populações para longe da Área Central. Segundo Valle (1999), durante décadas, o discurso do Poder Público para essas remoções é justificado em função do arranjo espacial da cidade ter seguido em alguns momentos os igarapés que se entrecruzam na área urbana. Assim, por meio de análise de plantas da cidade de Manaus em diferentes períodos históricos, Valle (1999) afirma que esse discurso resultou no aterramento de inúmeros igarapés, pois eram tidos como obstáculos ao traçado contínuo das ruas e a circulação das pessoas, conforme os “projetos europeizados” que foram implantados na cidade.

Para Valle (1999), tais projetos causaram diversos problemas à cidade, como por exemplo: a formação de pântanos nas laterais das ruas que estavam sendo construídas, a poluição das águas e a alteração no ecossistema.

Podemos então afirmar que o espaço público da cidade de Manaus foi sendo moldado de acordo com políticas externas, visando à expansão do capital europeu, sem levar em consideração os interesses da população local.

Assim, desde o início do século XX, os igarapés da cidade, em especial os da Área Central, foram alvos de programas e projetos implantados pelo Poder Público visando à remoção das populações e a “revitalização” dos igarapés.

Nesta perspectiva, deparamo-nos com a impossibilidade de abarcarmos, neste trabalho, com todas as áreas que fazem parte do atual espaço urbano da cidade de Manaus. Assim, delimitaremos como foco da pesquisa um fragmento da Área Central da cidade, representado por um trecho do igarapé do Mestre Chico, onde foi iniciada a implantação da primeira etapa do Programa PROSAMIM - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, onde novamente estamos nos deparando com o aterramento dos igarapés e o remanejamento da população pobre que ocupa as margens e os leitos dos igarapés da Área Central da cidade.

1.2 Caracterização do PROSAMIM

O movimento Belle Époque influenciou a concepção urbana de várias cidades mundiais. A cidade de Manaus no final do século XIX foi um exemplo fiel deste período, “adaptando-se” ao modelo dominante da época. Por conta disso, passou a ser denominada “Paris dos trópicos” diante das intervenções urbanas impostas pelo Poder Público, para o qual os igarapés representavam um elemento incompatível com a cidade planejada que se pretendia ter naquele momento.

Já no final do século XX e início do XXI, a cidade de Manaus novamente vem passando por novas formas de intervenções urbanas que também culminam com modelos pré-estabelecidos mundialmente. Trata-se dos ideais difundidos pelas agências multilaterais de desenvolvimento, principalmente o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que passam a incorporar o discurso ambiental com o intuito de promover políticas urbanas que favoreçam aos interesses da reprodução capitalista.

Desta forma, o Governo do Estado do Amazonas em parceria com o BID inicia em 2003 o primeiro estudo para a formatação do Programa PROSAMIM. Porém, somente em 2006, o Programa começou a ser implantado na cidade de Manaus. Segundo o Relatório de Gestão Ambiental e Social do Prosamim (RGAS), os investimentos para as obras são de aproximadamente US\$500 milhões e serão realizadas durante um período de 12 anos (RGAS-ESMS, 2005, p.2).

Do ponto de vista governamental, ao menos no discurso, o principal objetivo deste Programa é promover a melhoria da qualidade de vida da população de Manaus, especialmente das pessoas que residem em situação de risco às margens dos igarapés da cidade. De acordo com o Plano de Aquisições e Contratações para o Projeto (PACP), o PROSAMIM se propõe a contribuir para a resolução dos problemas social, ambiental e urbanístico da Área Central de Manaus, melhorando as condições ambientais, de saúde e de moradia, promovendo a sustentabilidade dessas ações.

Para tanto, compreende investimentos em: reabilitação e/ ou implantação de sistema de drenagem, de abastecimento de água, de coleta, tratamento e afastamento de esgotos e de resíduos sólidos; recuperação ambiental de áreas degradadas; reordenamento urbano; reassentamento de famílias residentes em áreas de risco, com a construção de moradias com infraestrutura, compra de imóveis ou indenizações e regularização da propriedade. Inclui ainda ações de educação sanitária e ambientais e de fortalecimento da capacidade operacional e de gestão das unidades envolvidas, bem como sua capacidade para incorporar a participação da comunidade ao processo de tomadas de decisões. (PCAP, 2009, p. 1).

Para atingir essas metas, segundo o PCAP (2009, p. 1 e 2), foram desenvolvidas estratégias que se dividem em dois componentes principais, com seus respectivos subcomponentes:

a) Melhoria Ambiental e Habitacional

- **Obras de macro e microdrenagem:** com a finalidade de reduzir os impactos da grande pluviosidade freqüente na região (figuras 9 e 10):

Figura 9 - Antes do processo de macrodrenagem - Igarapés de Manaus e Bittencourt, Área Central.
Fonte: < www.skyscrapercity.com > acesso 15 em junho de 2011.

Figura 10 - Depois do processo de macrodrenagem - Atual Parque Senador Jefferson Peres, Área Central.
Fonte: <.chicobatata.blogspot.com> acesso 15 em junho de 2011

- **Reordenamento Urbano e Reassentamento:** o Governo do Estado propõe três opções de reassentamento para as famílias removidas das margens do igarapé: a indenização em dinheiro, carta de crédito no valor de R\$: 21.000,00 (bônus); permuta com uma casa em conjunto habitacional (figura 11) ou permuta com um apartamento em unidade habitacional de solo criado, na Área Central da cidade (figuras 12):

Figura 11 - Conjunto Habitacional Nova Cidade, Zona Norte, 21 km da Área Central
Fonte: Arlene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, junho 2011

Figura12 - Unidade habitacional de solo criado, igarapé do Quarenta, (a) antes e (b) depois.

Fonte: < www.emtempo.com > Acesso em março 2010.

- **Parques e Vias Urbanas:** por meio desta estratégia, o Governo do Estado promove o turismo, o lazer para uma parcela da população, evita novas ocupações, passando a exercer um maior domínio sobre o espaço público (figuras 13);

Figura 13 - Parque Senador Jefferson Peres, Área Central de Manaus.
Fonte: Marcus Melo, 2009.

- **Ampliação da oferta de solo criado:** para uso residencial de baixo custo e o maior controle e vigilância de ocupação e uso do solo segundo as disposições do Plano Diretor.
- **Infraestrutura Sanitária:** Contribuição para a melhoria das condições sanitárias e redução da incidência de enfermidades de veiculação hídrica.

b) Sustentabilidade Social e Institucional

- Participação Comunitária
- Comunicação Social
- Educação Ambiental e Sanitária
- Desenvolvimento Institucional.

1.2.1 PROSAMIM e o “reordenamento” do espaço urbano

De acordo com o IBGE (2010), as bacias do Educandos e do São Raimundo (Mapa 2) passaram a receber maior contingente populacional da cidade nos últimos anos, o que representa mais da metade da população urbana de Manaus.

Mapa 2 - Delimitação das bacias urbanas com maior densidade ocupacional.

Fonte: Tahisa Neitzel Kuck, 2006.

Segundo o RGAS (2005, p.1,2), a Bacia do Educandos foi escolhida, primeiramente, por reunir um maior contingente populacional ribeirinho em área de risco e por concentrar os maiores índices de doenças de veiculação hídrica, dentre outros indicadores socioambientais. Nesta área, viviam aproximadamente 580.000 habitantes e 7.000 famílias (36.000 pessoas) em áreas ambientalmente vulneráveis, consideradas de risco.

É importante destacar que esta bacia envolve os igarapés da Área Central (Mapa 3) da Cidade e a efetivação do programa nesta área passa a atender também aos anseios de se ter uma cidade (principalmente o centro) organizada, estruturada e moderna para atender aos grandes empreendedores, a uma parcela da população local e também ao contingente de turistas que se espera com a copa de 2014, já que a cidade sediará um dos jogos.

Mapa 3 - Delimitação do Centro de Manaus.

Fonte: Ribeiro Filho, 2004.

Na visão de ALVES (1999, p.1):

As transformações espaciais tornam-se produtos de uma administração e não obras de produção social. A cidade passa a ser entendida como expressão, não mais do desenvolvimento histórico da sociedade, e sim, da ação técnica planejada por algum administrador. O Estado, utilizando-se do espaço como instrumento para reprodução das relações de dominação, procura nele impingir as características necessárias para a efetivação desse projeto de controle sócio-espacial.

Desta forma, a consolidação do Programa PROSAMIM significa a manutenção e a consolidação do poder estatal, que determina a produção do espaço por meio de estratégias que sirvam principalmente aos interesses do Estado e dos empreendedores privados, aspecto este marcante na sociedade capitalista.

Segundo o RGAS (2005, p.2), a primeira etapa do Programa teve início em 2006 e deve ser concluída em 2012, com investimentos da ordem de US\$: 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), sendo que, 70% (US\$: 140.000.000,00) financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os 30% restante, com orçamentos do Governo do

Estado do Amazonas (podendo recorrer ao capital privado, financiamentos da Caixa Econômica Federal – CEF etc.).

A bacia do Educandos possui uma área de 44.87 km², localizando-se na porção sudeste de Manaus e percorrendo 17 bairros: Centro, Praça 14 de Janeiro, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroadó, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus (RIMA/PROSAMIM - 2004, p.11).

As principais intervenções nesta bacia ocorreram nos seguintes igarapés: Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Quarenta. De acordo com dados obtidos por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI), até o presente momento foram remanejadas aproximadamente 6.683 famílias que viviam às margens de igarapés, nesta localidade. Só na primeira etapa de implantação do Programa - igarapé do Mestre Chico - foram 1.392 famílias (UGPI, 2011).

A reformulação dessas áreas ocorre a partir da requalificação urbanística, que insere a implantação de equipamentos sociais¹¹ e a construção de unidades habitacionais (figura 14). Atualmente, nas áreas de entorno dos igarapés da Área Central foram construídas quatro unidades habitacionais denominados: Parque Residencial de Manaus, Parque Residencial Prof. Gilberto Mestrinho, Parque Residencial Senador Jefferson Peres e Parque Residencial Mestre Chico.

Figura 14 - Área de abrangência das obras do PROSAMIM.

Fonte: Projeto Executivo de Participação Comunitária – PEPAC/PROSAMIM, 2007.

¹¹ Os equipamentos instalados correspondem a pistas de caminhada, estacionamentos, quadras poliesportivas, quiosques, playground, banheiros, passarela, lixeiras e telefone público.

A unidade habitacional do Largo do igarapé do Mestre Chico foi entregue à população em agosto de 2011, três anos após a inauguração do espaço público de lazer construído na área do igarapé do Mestre Chico. A população que está sendo reassentada nesta unidade, corresponde às famílias que moravam nas palafitas no trecho do igarapé do Mestre Chico que ainda não sofreu intervenção e que foram cadastradas pelo Programa PROSAMIM em 2004. A população que residia na área onde foi construído o Largo do Mestre Chico, foi reassentada em outras áreas da cidade conforme as propostas de reassentamento do Programa, já descritas na página 38. Daremos maior ênfase nessa abordagem no capítulo 2.

Como vemos, o complexo de entretenimento construído nesta área teve mais relevância do que a construção da unidade habitacional. Até porque corresponde à primeira etapa de execução do Programa e aos olhos do Poder Público precisava causar um efeito espetacular. Talvez a construção das unidades habitacionais como carro chefe desse empreendimento não tivesse o mesmo impacto (figuras 15 e 16).

Figura 15 - Antes da construção do Largo do Mestre Chico.

Fonte: foto 15<www.skyscrapercity.com> acesso em 22 de junho de 2011.

Figura 16 - Depois da construção do Largo do Mestre Chico.
Fonte: Arlene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, maio 2011.

Os equipamentos instalados para a construção do complexo de entretenimento do Largo do Mestre Chico promoveram dois processos associados ao desenvolvimento (desigual) da economia capitalista contemporânea: a gentrificação¹² e a renovação urbana. Para Smith,

A produção atual do espaço ou do desenvolvimento geográfico é, portanto, um processo acentuadamente desigual. A gentrificação, a renovação urbana e o mais amplo e complexo processo de reestruturação urbana são todos parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana (Smith 1996, 2007, p.17,18).

Nessa perspectiva, a construção do complexo de entretenimento do Largo do Mestre Chico acentua a desigualdade social capitalista no momento em que promove o remanejamento da população que residia nesta área para outras áreas da cidade, principalmente quando esta população é transferida para a periferia. Ao mesmo tempo, facilitou a grande parceria entre o Poder Público e os investimentos do capital especulativo e imobiliário, fortalecendo cada vez mais a progressiva dominação do espaço urbano.

As mesmas estratégias de intervenção urbana realizadas na Bacia do Educandos, nos igarapés Bittencourt, Manaus, Mestre Chico e Quarenta também foram direcionadas para

¹² O processo de gentrificação pode ser entendido como a substituição de populações pobres em um bairro antigo degradado por populações mais abastadas, acompanhada por uma revalorização do ambiente construído. (Smith&Willians, apud Bidou-Zachariasen,2004,p.95)

outros espaços da cidade, em especial à Bacia Hidrográfica do São Raimundo que, segundo a SEMMA¹³, é a que possui o maior curso d'água em extensão, formada pelo igarapé do Mindu (com 22 quilômetros, nascendo na Zona Norte da cidade, mais precisamente na Reserva Duque, atravessando a Zona Leste e vindo desaguar no Igarapé do São Jorge), além dos igarapés dos Franceses, Bindá e Franco, onde se encontram algumas das áreas críticas de alagamento da cidade (SEMMA, 2008).

A intervenção nesta área corresponde ao trecho entre a Avenida Kako Caminha e o Rio Negro, com de 2,05 km de extensão e 165 hectares e agrega quatro grandes bairros – São Raimundo, Glória, Nossa Senhora Aparecida e Presidente Vargas. Nessa área existiam ocupações urbanas, tidas como “irregulares”, sujeitas a constantes inundações. Obviamente estas ocupações não ocorreram por acaso ou simplesmente pela escolha da população, mas sim como consequência da ausência de uma política pública adequada aos anseios de uma população que teve um crescimento urbano acelerado, mas os direitos básicos de educação, alimentação, moradia e saúde não acompanharam este processo. Direitos estes que estão garantidos na Constituição de 1988.

De acordo com dados fornecidos pela UGPI (2011) as ações previstas nesta bacia são as seguintes:

Mobilização comunitária; programas sociais de reassentamento; desapropriação de 680.000m² de área; indenização de 6.000 imóveis; construção de 2.600 unidades habitacionais (1.622 unidades habitacionais e 978 casas em conjuntos habitacionais); demolições; remoções de famílias; recuperação ambiental da área; requalificação urbanística com implantação de equipamentos sociais; parques; praças, calçadas e ciclovias; infraestrutura urbana; drenagem de igarapés e obras de contenção; construção de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário; recuperação e construção de 42 km do sistema viário; e construção de 670 metros de obras de artes especiais (pontes).

Nesse primeiro momento, a intervenção que se destaca nesta área corresponde ao Parque Kako Caminha (figuras 17 e 18), com 13.110.00 metros quadrados, onde foram realizadas as seguintes intervenções: terraplenagem, microdrenagem, sistema viário, rede elétrica, rede de água, urbanização, paisagismo e iluminação ornamental. O custo desse investimento está orçado em R\$ 11 milhões (UGPI, 2011).

¹³ Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Figuras 17 e 18 - Antes e depois da construção do Parque Kako Caminha, Zona Oeste.

Fonte: <www.skyscrapercity.com> acesso em 25/06/2011.

Ainda existem outros espaços da cidade que passaram ou estão passando pelas intervenções do PROSAMIM, mas não foram objetos da nossa discussão. Os exemplos citados já evidenciam como são realizadas políticas públicas na cidade, de modo a permitir a atração de empreendimentos privados, por meio de ações que possibilitam a criação de uma nova paisagem urbana na atual conjuntura econômica e urbana. Esta é uma tendência/estratégia global, que permite a transformação dos espaços urbanos, deixando-os mais atrativos ao capital especulativo, modificando forma e conteúdo de tais espaços para um novo rearranjo do sistema econômico.

Nesse sentido, partimos de uma perspectiva que evidencia a mercantilização do espaço urbano como um produto que pode ser comercializado. Essa comercialização tende a reproduzir lógicas que articulam tendências globais a especificidades locais. Assim, mesmo que não se trate de uma cidade global, a reprodução do espaço em Manaus parece estar condicionada a modelos pré-estabelecidos por cidades com a “capacidade de controle global” (SASSEN, 1998). Os espaços metropolitanos, inclusive o manauense vão se configurando, tendendo a uma homogeneização espacial que representa aparentemente uma garantia da reprodução capitalista. Entretanto, a homogeneização não ocorre de forma efetiva, os espaços vão sendo estruturados de acordo com modelos pré-estabelecidos e reproduzidos mundialmente, porém revelando muitos contrastes devido às características locais intrínsecas a cada um desses espaços metropolitanos.

HENRI LEFEBVRE considera o espaço público como produto, essencialmente vinculado com a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1976, p.34). Para ele, tais relações estariam a cargo de um grupo hegemônico particular que, conscientemente ou não, cumpre as ordens da produção global. De acordo com o autor, quando o sistema

capitalista parecia que ia esgotar-se, encontrou um revigoração na produção do espaço, por meio da “especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço” (LEFEBVRE, 2004, p.143).

O espaço urbano deixa de ser analisado como um simples receptáculo é também nível de determinação e manipulação do poder Estatal, subordinado ao capital. A população, muitas vezes, se torna uma simples expectadora, acatando com as imposições do Poder Público, sem ter como fugir do controle do Estado. Na maioria das vezes, esta população nem sabe que está sendo manipulada, pois as ações do governo mascaram essa intenção. Para ALVES (1999, p.4).

Poucos distinguem, na atualidade de nossa vida cotidiana que tende a ser regulada e estruturada de acordo com o planejamento estatal, apropriação de dominação e assim o sentido de apropriação, para a vida, esvazia-se quando entendida enquanto dimensão da propriedade. A moradia, por exemplo, direito do cidadão, passa a ser dada pela luta à propriedade privada, pelo título da propriedade, pelo ser “dono”, pela posse de um imóvel.

Assim, Manaus passa a competir em escala global, por novos equipamentos urbanos financiados com empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), adequando-se aos padrões da competitividade e da modernidade das cidades mundiais.

1.3 Área de estudo

A área de estudo corresponde a um trecho do igarapé do Mestre Chico, que vai desde a Rua Leonardo Malcher até a “Manaus Moderna”, próximo ao igarapé do Educandos. Neste trecho temos duas áreas antagônicas: uma parte do igarapé do Mestre Chico que não sofreu intervenção urbana, onde encontramos famílias pobres que residem em palafitas sobre águas poluídas e em contrapartida temos também o Largo do Mestre Chico construído a partir das intervenções urbanas do PROSAMIM.

Para ampliarmos a nossa visão sobre as mudanças na vida dos moradores que foram transferidos para outras localidades em função do Programa, as entrevistas ultrapassaram a limitação da área de estudo, estenderam-se aos ex-moradores do igarapé do Mestre Chico que foram reassentados em conjuntos habitacionais na Área Central construídos pelo Programa

PROSAMIM e também àqueles que foram reassentados no Conjunto Habitacional Nova Cidade, na zona norte de Manaus.

Dentre as unidades de abrangência do Programa PROSAMIM na área Central da Cidade, a área de estudo também foi escolhida por representar um importante ícone de ligação da Área Central de Manaus - Ponte Benjamim Constant¹⁴ sobre o igarapé do Mestre Chico (figuras 5 e 6) - com os diversos bairros de grande densidade populacional como: Educandos, Cachoeirinha, Morro da Liberdade, Betânia, Santa Luzia, Colônia Oliveira Machado e o Distrito Industrial.

Figura 19 e 20 - Ponte Benjamim Constant sobre o igarapé do Mestre Chico, representado por dois momentos: ocupação no Igarapé do Mestre Chico antes da intervenção do PROSAMIM e o atual Largo do Mestre Chico, após a implantação do programa.

Fonte: Agecom-Am, 2007 e 2010, respectivamente.

Diante destas intervenções de grande proporção no espaço urbano, surgiram os questionamentos intrínsecos para o despertar da pesquisa: qual o efeito desta política de revalorização da Área Central de Manaus na vida das populações atingidas pelo Programa PROSAMIM? Como o espaço público é moldado por uma estrutura hegemônica dominante, que, por meio de um discurso social impõe seus próprios interesses? Como a sociedade acaba por reproduzir mecanismos de sustentação do capital? Vejamos a seguir algumas características do Igarapé do Mestre Chico e os principais fatores que resultaram na sua ocupação pelas camadas de baixo poder aquisitivo e nas ações do Poder Público.

¹⁴ A ponte Benjamim Constant possui 111 anos de existência, foi construída no Governo do Eduardo Gonçalves Ribeiro, no período de 1892 a 1895, com peças importadas da Inglaterra, evidenciando a inovação tecnológica da época. Com o programa Prosamim, a ponte foi restaurada e inserida no contexto do Largo do Igarapé Mestre Chico, que comporta um complexo com pista de caminhada, pista de ciclismo, posto policial e playground.

1.4 Do igarapé ao Largo do Mestre Chico

O igarapé do Mestre Chico representa um dentre os inúmeros cursos d'água existentes na cidade de Manaus, integra-se à bacia do Educandos, contribuinte da grande bacia do Rio Negro. Segundo a SDS - Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - o igarapé do Mestre Chico (Mapa 5) está localizado próximo à Área Central de Manaus, abrange parte do bairro da Cachoeirinha e cruza vias importantes de acesso ao centro da cidade até desaguar no igarapé do Educandos. Apresenta uma extensão de 2.500 metros, com uma área de contribuição de 125 hectares, onde se concentram habitações (palafitas), lixo e entulho, em grande parte desta extensão. A partir de 2008, esta área passou a comportar também o Largo do Mestre Chico, constituindo-se como a primeira etapa do Programa PROSAMIM a ser implantada.

Mapa 4 - Mapa parcial da Bacia do Educandos - Igarapé do Mestre Chico.
Fonte: PROSAMIM, 2004.

Segundo OLIVEIRA (2008, p.32) até meados do século XIX, os igarapés resistiram às intervenções e mantiveram-se presentes nas formas do espaço da cidade, estabelecendo, de certo modo, os limites de crescimento da cidade. Segundo o autor, no início do século XX, os fatores naturais delimitadores da cidade foram sendo superados por aterramentos e pela construção de pontes. A partir dos anos setenta, houve a ocupação das margens dos vários igarapés da cidade de modo mais intenso. Este processo estaria associado aos sucessivos

eventos da história socioeconômica da região, como o da borracha e da implantação da Zona Franca, intercalados por outros de estagnação.

Desta forma, os fatores que levaram à ocupação do igarapé do Mestre Chico não diferem dos motivos que geraram a ocupação nos outros igarapés da cidade, estando relacionados ao intenso processo de urbanização gerado por fatores econômicos, em especial a implantação da Zona Franca de Manaus.

Atualmente com o PROSAMIM, temos uma nova versão de um planejamento urbano que também culmina com o aterramento de igarapés e com a remoção das populações ribeirinhas da Área Central da cidade. Nas fotos a seguir, podemos visualizar diferentes momentos do igarapé do Mestre Chico:

Figuras 21,22, 23 e 24 - Ponte Benjamin Constant sobre o Igarapé do Mestre Chico: (21) 1970, (22) 2006, (23 e 24) 2010.

Fontes: (21) Mestre Pinheiro, 1970; (22) Mário Oliveira, Agecom-Am, 2006; (23 e 24) Arliene Bezerra Vilaça, trabalho de campo, 2010.

Por meio das fotos podemos observar que em cada fase do processo produtivo existe um espaço urbano que representa a realidade de uma determinada sociedade, deixando suas marcas em diferentes temporalidades. Isso nos remete a visão de CARLOS quando afirma que “a relação sociedade-espaço evolui no tempo, apresentando em cada momento histórico uma especificidade marcada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais” (CARLOS, 2008, p.25). Na figura 21, observa-se o igarapé do Mestre Chico em 1970, ainda com suas águas limpas. A população utilizava as águas do igarapé para o consumo diário e também como fonte de alimentação, uma vez que muitos pescavam nestas águas. Já na figura 22, temos o igarapé em 2006, totalmente poluído, representando a pobreza e exclusão social por meio das palafitas sob a ponte. Nas figuras 23 e 24 temos as transformações geradas pela implantação do PROSAMIM, onde percebemos que o igarapé sofreu profundas alterações no seu leito, em função da construção de um centro de entretenimento que passou a ser denominado Largo do Mestre Chico. Além disso, a população que aí vivia foi removida. Parte dela sendo deslocada para as periferias de Manaus, para garantir a reprodução do capital nesse lugar por meio de requalificações urbanísticas. Isso nos remete a visão de ALVES (1999, p.5):

Se anteriormente a apropriação da natureza, por exemplo, significava que esta se tratava de um bem a ser usado para a satisfação de uma coletividade, hoje vemos os bens da natureza serem transformados em propriedade privada, com o uso exclusivo de quem a detém, impedindo a outros o seu uso. Transforma-se apropriação em posse privada, em um domínio que exclui boa parte dos agentes integrantes da sociedade. Nesse novo enfoque, que se dissemina na vida urbana, subordina-se a apropriação, o uso, ao domínio, à posse privada do bem.

Estas fotos mostram a área de estudo antes e depois da intervenção deste Programa, evidenciando a (re) produção do espaço urbano dentro de uma lógica capitalista que muda a função e o uso do lugar, pautada na revalorização espacial, que potencializa a realização de lucros, principalmente nos setores ligados à construção civil a especulação imobiliária e também ao turismo.

Contudo, não podemos negar que este programa trouxe benefícios, mesmo que seja para uma parcela da população. Parte da população manauense passou a usufruir de um novo espaço de lazer¹⁵. De acordo com os documentos fornecidos pela equipe técnica do PROSAMIM, o Largo do Mestre Chico tem 57 mil metros no total e vai da Avenida Beira

¹⁵ Digo uma parcela porque nem todos os moradores igarapé permaneceram na área Central, muitos foram transferidos para o Conjunto Nova Cidade (Zona Norte) e não possuem acesso a este novo espaço de lazer, pois suas casas estão a aproximadamente a 21 km de distância da Área Central de Manaus.

Rio até a Rua Ipixuna na Área Central. Ele foi constituído em duas etapas: a primeira, com 28 mil metros de urbanização, área verde, iluminação, mirante, ciclovia de 460 metros, pistas de caminhada com 900 metros, estacionamento para aproximadamente 40 veículos, parquinho, quadra poliesportiva, campo de futebol, aparelhos de ginástica, quadra de areia, seis quiosques para vendas variadas, bar, lanchonete, quatro banheiros públicos, coreto na praça, passarela, quiosque administrativo, duas guaritas, lixeiras e telefone público. A segunda etapa contou também com quadra de futebol de grama sintética, quadras poliesportivas e de areia, playground e área de ginástica (PROSAMIM, 2007).

É possível presenciar pessoas caminhando, crianças brincando no parque, jovens nas quadras poliesportivas (figuras 25,26 e 27). Podemos perceber aí, o poder público conduzindo seus objetivos de uma forma tão perspicaz, de modo que a população atingida se sente prestigiada, valorizada, mas nunca manipulada por uma determinada conjuntura social.

Figuras 25, 26 e 27 - Largo do Mestre Chico.

Fontes: (25,27) Arlene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, 2010. (26) AGECON, 2008

Aparentemente a população mais beneficiada corresponde aos moradores da área limítrofe às extintas palafitas, pois permaneceram no local e ganharam uma vista muito mais bonita do que aquela que existia antes da implantação do Programa PROSAMIM, onde podíamos presenciar o seguinte quadro: igarapé poluído, lixo a céu aberto e muitas palafitas. Até mesmo o odor fétido foi amenizado consideravelmente. (figura 28).

Figura 28 - Vista das casas que permaneceram na área do igarapé do Mestre Chico , (a) próximas a ponte de acesso as duas margens do igarapé e (b) visão lateral do igarapé.

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, maio 2011.

No capítulo 2, daremos maior ênfase a essas abordagens, analisaremos diferentes situações da vida no igarapé do Mestre Chico: área que ainda não sofreu intervenção e área transformada; e a vida das famílias que foram reassentadas nas unidades habitacionais construídas na Área Central. As entrevistas com as famílias que foram reassentadas na Zona Norte da cidade, bem como sua análise, serão apresentadas no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2

DA INTERVENÇÃO URBANA À INTERVENÇÃO HUMANA

No espaço urbano de Manaus, percebemos contradições diversas, com conflitos sociais e interesses distintos. Onde os grupos hegemônicos conseguem, por meio da especulação imobiliária, aumentar seus patrimônios, enquanto que as classes de menor poder aquisitivo lutam pela sobrevivência. Temos assim, um espaço que se apresenta constituído por diferentes feixes de relações de poder, fragmentado e articulado como nos aponta CORRÊA (1997, p.9):

o espaço urbano, visto em objetivação geográfica do estudo da cidade, apresenta, simultaneamente, várias características que interessam ao geógrafo. É fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico de lutas.

Nessa “luta urbana”, os programas e projetos implantados na cidade podem representar verdadeiras instrumentos dos grupos hegemônicos na busca do controle social e da valorização do capital. São políticas urbanas em que as possibilidades da produção e do consumo prevalecem em detrimento das necessidades do humano. Os empreendimentos são, na sua maioria, especulativos e visam sobre tudo o desenvolvimento espacial capitalista. Para HARVEY (2006, p.182),

Muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades. [...] O resultado é um turbilhão estimulante, ainda que destrutivo, de inovações culturais, políticas, de produção e consumo da base urbana. Nesse instante, podemos identificar uma conexão vital, se bem que subterrânea, entre a ascensão do empreendedorismo urbano e a inclinação pós-moderna para o projeto de fragmentos urbanos em vez do planejamento urbano abrangente, para a efemeridade e o ecletismo da moda e do estilo em vez da busca de valores duradouros, para a citação e a ficção em vez da invenção e da função, e, finalmente, para o meio em vez da mensagem e para a imagem em vez da substância.

Neste capítulo, pretendemos analisar as intervenções urbanas, na tentativa de contribuirmos com a discussão sobre produção do espaço urbano de Manaus dentro do modo de produção capitalista, a partir de um fragmento estudado na Área Central da cidade.

Não queremos fazer apologia à pobreza, vimos em *locus* à precariedade das moradias no igarapé e, evidentemente, as palafitas no atual momento de desenvolvimento de nossa sociedade não representam a melhor alternativa de habitação. O que pretendemos discutir é como as intervenções urbanas, como o PROSAMIM, modificam não só a forma e a função do espaço, mas também a vida que ocorre nesse espaço. Queremos desta forma, prosseguir a discussão do capítulo anterior na busca do entendimento do Poder Público e das empresas privadas na execução do PROSAMIM, relacionando os objetivos apresentados pelo Programa com os depoimentos das famílias envolvidas na área de estudo.

2.1 A vida transformada com o PROSAMIM: cinco situações em um mesmo processo

No início da pesquisa de campo, almejava-se entrevistar quatro grupos de moradores que vivenciaram situações distintas mediante as intervenções urbanas realizadas no igarapé do Mestre Chico: (1) moradores que ainda estão vivendo no seguimento do igarapé que ainda não sofreu intervenção; (2) moradores da área do entorno do igarapé que não saíram de suas casas com a intervenção; (3) população remanejada para os apartamentos na Área Central construídos pelo Programa; (4) população remanejada para o Conjunto Nova Cidade. Durante o decorrer da pesquisa, surge a quinta situação neste processo: (5) o reassentamento das famílias residentes no trecho do igarapé do Mestre Chico que ainda não sofreu intervenção para a unidade habitacional do Largo do Mestre Chico, construída pelo Programa PROSAMIM e entregue à população em agosto de 2011.

Foram consideradas situações distintas entre os grupos de entrevistados, tendo em vista que a acessibilidade para adentrar no cotidiano dos moradores requer muita cautela. Até porque quando se vai para o campo de observação, não podemos ficar restritos ao que já está programado, ainda mais se tratando da vida urbana. No caso desta pesquisa, as entrevistas não ficaram condicionadas aos questionários formulados, surgiram abordagens distintas que contribuíram para o enriquecimento da mesma. Isso porque, para refletir a realidade urbana, é necessário pensar a cidade além do previsto e da aparência. Para LEFEBVRE (2001, p.85), o urbano é “[...] lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações [...]”

lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do **imprevisível**". [grifo nosso].

Desta forma, as entrevistas¹⁶ transcorreram normalmente, de forma simples, onde os participantes se sentiram a vontade para relatar suas experiências da vida no igarapé e fora dele. As informações obtidas durante os depoimentos revelam situações que vão além das perguntas previamente estabelecidas.

Neste capítulo, analisaremos quatro situações entre aquelas que foram citadas acima. A abordagem sobre a população que foi remanejada para o Conjunto Nova Cidade será discutida no próximo capítulo.

2.1.1 O cotidiano dos moradores do igarapé do Mestre Chico: Área que ainda não sofreu intervenção do PROSAMIM

Por meio da pesquisa de campo, podemos constatar que a população residente nas margens e no leito do igarapé do Mestre Chico é formada principalmente por pessoas de baixa renda, vivem em ambientes insalubres e correm riscos de morte devido às cheias periódicas dos cursos d'água próprias da região amazônica. Além disso, como não existe um sistema eficiente na coleta de lixo e nem de conscientização da população, as inundações se agravam consideravelmente, como podemos verificar na figura 29:

Figura 29 - Habitações no Igarapé do Mestre Chico.

Fonte: Arlene Bezerra Vilça, pesquisa de campo - janeiro 2011.

¹⁶ As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2011.

O lixo está presente em todas as direções, podemos observar ratos e urubus fazendo parte do cotidiano das pessoas como se fosse algo normal, nem mesmo as crianças se assustam com esses animais nocivos. Elas brincam na água poluída sem perceberem o odor fétido¹⁷. Por meio de uma entrevista com a senhora S. R., de 42 anos, moradora do igarapé do Mestre Chico há 12 anos, percebemos como as pessoas se identificam com o lugar. Ela informou que possui três filhas, gêmeas de doze anos e uma caçula de sete. E quando perguntamos se gostaria de sair de lá e ela informou que ficaria feliz se fosse para uma casa nas proximidades, do contrário prefere viver no igarapé, mesmo com todo o lixo e riscos para a sua família. Disse que suas filhas foram criadas lá, estudam em uma escola pública localizada nas proximidades e não gostaria de mudar a rotina das crianças. Além disso, trabalha como diarista em três casas, também localizadas nas proximidades, “*se sair daqui perco o meu ganha-pão*”, disse ela.

Assim, a senhora S. R. deseja permanecer na Área Central, pois é lá que consegue trabalho e o sustento da família. No entanto, por meio da entrevista a mesma informou que mora por doze anos em um quarto alugado, dentro do igarapé. É uma espécie de vila sobre as águas poluídas, como podemos observar na figura 30. Cada quarto é alugado por R\$ 120,00 por mês.

Infelizmente, existem pessoas lucrando com a pobreza e miséria do povo. Como é possível construir quartos dentro de um igarapé totalmente poluído para serem alugados? Como uma pessoa paga um aluguel nestas condições? Essas contradições urbanas fazem parte de um sistema que cada vez mais reproduz a desigualdade social.

¹⁷ Segundo a CPRM – Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais – “todos os igarapés urbanos de Manaus estão poluídos, seja por lançamento de esgotos industriais, seja por esgotos domésticos, seja por lançamento de águas servidas, seja pela falta de coleta de lixo. Na maioria dos casos, a poluição ocorre pela junção das três causas. Os casos mais notados, mais visíveis até pelo seu tamanho, são os Igarapés do São Raimundo, Mindú, Bindá, Franceses, Bolívia, Matrinxã, Tarumanzinho, Quarenta, Educandos, **Mestre Chico**, Manaus, Bittencourt, Franco” (Documentário das Cheias, 2005).

Figura 30 - Habitação no igarapé do Mestre Chico.

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo - janeiro 2011.

Cerca de 90% dos entrevistados reclamaram da violência e do uso das drogas na área do Igarapé do Mestre Chico. Quando entrevistei o senhor F.A.R.S. de 50 anos, fui alertada por ele para não permanecer no local depois das dezenove horas, pois segundo o mesmo, é extremamente perigoso. Compara o local a uma “*penitenciária*”, pois, não tem a liberdade de ir e vir à hora que quiser. Por motivo de segurança, depois das dezenove horas não sai mais de sua residência. F.A.R.S. também falou sobre a inexistência de água encanada e luz elétrica na sua residência. Relatou que recorre ao famoso “*gato*”¹⁸ para ter acesso a esses serviços.

É importante ressaltar como a maioria dos entrevistados não se recusou a falar sobre o seu cotidiano. Pelo contrário, é como se estivessem desabafando seus problemas e reivindicando suas necessidades. O senhor F.A.R.S. citado acima, destacou que nunca havia passado na casa dele uma pessoa para conversar sobre suas condições de moradia. Mesmo sabendo que era uma pesquisa acadêmica, ele desabafou suas angústias, seus medos e clamou por condições dignas de moradia. Não se encontrou no trabalho de campo apenas informações para a pesquisa, mas foi uma oportunidade para conhecer o cotidiano de pessoas que de certa forma fazem parte do cotidiano da vida profissional da pesquisadora, pois muitos

¹⁸ Corresponde ao uso de energia elétrica de forma indevida, ou seja, sem o pagamento legal. Esta prática de furto é popularmente conhecida em Manaus por gato.

deles são pais de alunos. Contribuindo desta forma, para uma compreensão a cerca do comportamento de determinados jovens na sala de aula.

Outro fato que chamou atenção foi o risco que as pessoas sofrem diariamente, especialmente crianças e idosos, ao passarem pelas precárias “pontes de madeira”. Estas correspondem à única forma de acesso que os moradores possuem para saírem de suas residências, como podemos constatar nas figuras 31, 32, 33 e 34:

Figuras 31, 32, 33 e 34 - Pontes de madeira sobre o igarapé do Mestre Chico.
Fonte: Arlene Bezerra Vilaça, trabalho de campo, janeiro 2011.

Percebe-se que o cotidiano dessas pessoas é extremamente difícil, mas mesmo com toda essa dificuldade elas possuem uma identidade com o lugar, pois muitas moram aqui desde que nasceram, possuem relações de vizinhança, parentesco e principalmente proximidade com o trabalho. Como diz CLAVAL, “as pessoas têm uma reação emotiva diante dos lugares em que vivem, que percorrem regularmente ou que visitam eventualmente” (2010, p.39). É essa reação emotiva que percebi nos rostos das pessoas durante as entrevistas, pois mesmo diante das condições precárias de moradia apresentam laços afetivos com o lugar. O gráfico mostra o tempo de moradia nesta localidade.

Gráfico 3 - Tempo de Moradia

Fonte: Arliene BezerraVilaça, Pesquisa de campo, 2011

Podemos constatar que essa identidade que os moradores possuem com o lugar tem relação, principalmente, com o tempo de moradia e também com as facilidades que o centro pode oferecer. Uma vez que o centro da cidade “é lugar das possibilidades” (ALVES, 1999, p.22), disponibiliza serviços de saúde, educação e transporte coletivo. Para SPOSITO (1991, p. 6), o centro da cidade,

[...] é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Além disso, no “centro sempre tem um resto de feira livre”¹⁹, um carro para “vigiar”²⁰, pessoas para comprar produtos dos vendedores ambulantes, enfim apresenta mais facilidades para quem não tem um trabalho fixo. Este é caso da maioria dos moradores do igarapé do Mestre Chico, como podemos ver no gráfico 4:

¹⁹ Comentário da Prof. Dra. Ana Fani A. Carlos, durante o exame de qualificação da pesquisadora, ocorrido em 12/11/2010, na Universidade de São Paulo.

²⁰ Em Manaus é muito comum a presença de guardadores de carros, chamados de flanelinhas, que ganham dinheiro em troca da “segurança do carro”.

Gráfico 4 - Situação Ocupacional dos entrevistados

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, Pesquisa de Campo, 2011

Entre as vinte pessoas entrevistadas nesta localidade, podemos observar por meio do gráfico 5, que o número de pessoas por residência ultrapassa a média brasileira que segundo o IBGE está em torno de 3,34 verificado no censo de 2010. Como podemos ver nas residências das famílias entrevistadas, 40% possuem mais de 6 pessoas, 40% mais de 5 pessoas e apenas 20% com mais de 3 pessoas.

Gráfico 5 - Amostragem do número de pessoas por residência.

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, Pesquisa de Campo, 2011.

Esse fato mostra como é difícil a vida dessas pessoas, uma vez que as casas são construídas com materiais improvisados e reaproveitados como: madeiras, tabiques, isopor,

lonas e até mesmo papelão. São casas com poucos cômodos, muitas vezes existe apenas um, que é utilizado como sala, quarto e cozinha por toda a família. Alguns desses aspectos podem ser observados nas figuras 35,36, 37 e 38:

Figuras 35, 36, 37 e 38 - Aspectos das residências no Igarapé do Mestre Chico.
Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, trabalho de campo, fevereiro 2011.

Assim, mesmo com todos os riscos, muitas pessoas preferem permanecer nessas condições precárias ao invés de saírem para casas com melhores condições de moradia em bairros distantes da Área Central. No entanto, suas opiniões e sentimentos não são levados em consideração diante da ação do Poder Público, que, em função de uma política de

urbanização, dita as normas que transformam os moradores em simples expectadores de suas próprias vidas que são modificadas em meio aos ruídos das máquinas que derrubam suas casas, seu passado, sua história. É certo que eles precisam de condições mais dignas de moradia, no entanto não são todos os moradores que possuem a opção de permanecer morando na Área Central.

Segundo a moradora S. R. de 42 anos, que mora de aluguel há 12 anos no local, foi informada pelo PROSAMIM que apenas os moradores que são proprietários das casas no igarapé do Mestre Chico vão ter a opção de morar em um dos apartamentos da Unidade Habitacional Largo do Mestre Chico, construída nas proximidades(figura 39).

Figura 39- Parque Residencial Largo do Mestre Chico.
Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, agosto 2011.

Nas figuras 40 e 41, evidenciamos a proximidade das palafitas com a unidade habitacional construída pelo PROSAMIM, separadas apenas por uma das ruas mais importantes da Área Central, a Rua Ramos Ferreira. Daí o sonho de muitos moradores em permanecer no centro após a intervenção do Programa, pois acompanharam a construção da Unidade Habitacional bem próximo de suas residências.

Figura 40- Rua Ramos Ferreira evidenciando a proximidade do Parque Residencial Largo do Mestre Chico com as palafitas.

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, outubro 2010.

Figura 41 - Vista do Parque Residencial Largo do Mestre Chico a partir das palafitas localizadas na área que não sofreu intervenção.

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, outubro 2010.

No entanto, conforme a moradora acima citada, as pessoas que moram em casas ou quartos alugados cadastrados até 2004, serão transferidas para o Conjunto Nova Cidade, na periferia da cidade. Sobre as ações e estratégia do Estado, CARLOS (2001, p.15), coloca:

A ação do Estado – por intermédio do poder local- ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas

centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço da dominação.

São nessas fragilidades (a não propriedade do solo, a precariedade da moradia, entre outras) que o Estado se apodera e realiza suas estratégias para transformar o espaço urbano, a fim de expulsar a população pobre da Área Central. Este processo impõe a refuncionalização desse espaço, uma vez que a Área Central da cidade representa um lugar de relevância por apresentar um valor histórico e cultural, dotado de uma considerável capacidade de convergir diversos grupos sociais e de atrair uma gama de novos serviços, negócios e lojas. É, portanto, um lugar de prestígio social e econômico.

A Área Central de Manaus passa a apresentar mudanças de caráter paisagístico, funcional e também de uso deste espaço, onde a população é obrigada a passar por um processo de redistribuição espacial. São estratégias de produção e reprodução próprias do sistema capitalista, que hoje encontra um viés bastante lucrativo por meio das grandes intervenções urbanas.

2.1.2 A vida para quem “ficou”: moradores residentes no entorno do Largo do Mestre Chico

Os moradores que permaneceram nas suas residências mesmo com a intervenção urbana nas proximidades do Mestre Chico correspondem aos vizinhos das antigas palafitas, que residem em sua maioria em casas de alvenaria, geralmente com dois andares e em ruas asfaltadas. Por meio da pesquisa de campo, observamos que 50% dos entrevistados apresentam uma renda superior a cinco salários mínimos, o que contrasta com o perfil socioeconômico de baixa renda dos moradores das palafitas, que segundo pesquisa realizada pelo PROSAMIM antes da intervenção, indicou que 82,13% ganhavam até dois salários mínimos (PROSAMIM, 2004).

Antes da intervenção do PROSAMIM as casas da área de entorno do igarapé se prolongavam até seu leito, mas sempre com a frente para a rua asfaltada e de costas para o igarapé. Atualmente percebemos na parte de trás dessas residências, muros sem portão de entrada, ou seja, ainda permanecem de costas para o igarapé e a parte da frente continua direcionada para o asfalto, como podemos observar nas figuras 42 e 43. Os entrevistados informaram que esta condição foi reafirmada pelo Programa, na medida em que houve a

construção de pilares com arames para fazer a divisão entre o terreno dos proprietários e o Largo do Mestre Chico (figura 44).

Figura 42, 43 e 44 - Casas da área do entorno ao igarapé do Mestre Chico.

Fonte: Arlene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, maio 2011.

Segundo LIMA (2008, p.111). , o direcionamento da construção das casas de costas para o rio (neste caso igarapé) em algumas cidades amazônicas decorre das estratégias de dominação do período áureo da borracha:

[...] o período da borracha alterou o cotidiano, criando-se a ideologia de que a borracha seria infinita e sua exportação seria “progresso” [...] era nas cidades que se podia observar a concretização da ideologia do “novo”, na arquitetura, na indumentária, nos hábitos alimentares, tudo advindo junto com o escoar da seiva. Essa ideologia do novo engrandeceu Manaus com monumentos importados da Europa, tentava-se simular uma vida européia, um simulacro espacial tentava negar a herança indígena e a natureza circundante. O rio, que trazia a memória do meio natural, tinha que ser esquecido e a nova cidade de Manaus, produzida a partir da necessidade de inserção no circuito do capital, foi se estabelecendo de costas para ele.

Nesse processo, a população de baixa renda passou a ocupar o leito e as margens do igarapé, já que era uma área que não despertava o interesse do Poder Público e nem da classe de melhor poder aquisitivo. Atualmente, a ocupação no leito do igarapé ganha um novo enfoque diante dos interesses do capital, passa a fazer parte do discurso incorporado pelos setores público e privado que enfatizam a questão ambiental e a qualidade de vida para legitimarem suas ações empreendedoras.

A ocupação destas zonas de alta sensibilidade ambiental, não aptas para o desenvolvimento urbano representa um problema ambiental, urbanístico e social para a cidade. Gera externalidades negativas para a área central (inundações, maus odores, mosquitos e roedores) que levam à deterioração e abandono das áreas circundantes com a conseqüente perda de ativos públicos e perda do valor imobiliário promovendo a deterioração das edificações e dos espaços públicos ao redor. Além disso, o uso dessas áreas para a habitação gera problemas ambientais (risco de inundações e deslizamentos de terra) e social (alta incidência de enfermidades gastrointestinais e exclusão social) para os ocupantes dos igarapés e afeta direta ou indiretamente a todos os habitantes da cidade tem que pagar os custos dos serviços assistenciais e de emergência necessárias para mitigar os impactos negativos (BID, 2004, p. 2).

Com esse discurso, a idéia de cidade mantenedora da sustentabilidade ambiental ganha destaque e o poder público juntamente com os empreendedores privados, ganham a credibilidade junto à população manauara e minimizam as possíveis críticas que podem surgir com a implantação do Programa PROSAMIM. Assim, a imagem construída na área do igarapé do Mestre Chico configurou o *marketing* do empreendimento no início da implantação do Programa.

De acordo com a pesquisa de campo, 68% dos entrevistados nesta localidade, manifestaram-se favoráveis as intervenções, pois afirmam que a violência foi reduzida consideravelmente no local. Além disso, podem usufruir dos equipamentos urbanísticos implantados nas proximidades de suas casas. Em contrapartida, os moradores das palafitas

localizadas na área de intervenção foram transferidos para outros espaços da cidade e não desfrutaram no novo espaço de lazer construído pelo Poder Público.

Nesse contexto, os moradores das casas da área de entorno do igarapé do Mestre Chico passaram a desfrutar, segundo o depoimento dos entrevistados, de uma paisagem mais bonita, com uma área de lazer que disponibiliza pista de caminhada, playground, quadras poliesportivas, além dos eventos que ocorrem eventualmente no local, como por exemplo: feira do tururi (evento para angariar fundos para o festival de Parintins) e Saúde na Rua, promovido pela rede Amazônica (figuras 45 e 46), entre outros.

A vida melhorou muito aqui, reduziu a bandidagem e agora nós temos um lugar para caminhar e levar nossos netos. (M. S. S., 65 anos).

A minha família hoje é mais feliz, o mau cheiro foi amenizado e hoje temos um lugar mais bonito. Eu pensava que isso nunca ia acontecer, parece um sonho (A. N. S., 35 anos).

Quando falavam nesse PROSAMIM, eu pensava que era mais um daquelas promessas de político. Mas não é que era verdade? Hoje posso caminhar todas às manhãs e meus filhos adoram as quadras, passam horas no futebol. (J.A.S., 40 anos)

Figuras 45 e 46 - Feira do Tururi e Saúde na rua, respectivamente.

Fontes: George da Floresta, 2011/ Gláuria Sobreira, 2011.

No entanto, 34% dos entrevistados não estão totalmente felizes com essas mudanças. A senhora C.G.A. de 68 anos, residente nesta localidade por 46 anos, afirmou que sua vida e de sua família foi totalmente desestruturada com o Programa. A mesma informou que possui 5 filhos e que todos haviam casado e passaram a residir com suas respectivas famílias em apartamentos construídos por eles atrás de sua residência que está situada na rua General Glicério. Os fundos de sua propriedade iam de encontro ao igarapé do Mestre Chico, então sua família construiu um alicerce de concreto sobre o igarapé para dar sustentação aos apartamentos. Por mais de vinte anos, os filhos, genros, noras e netos moraram nesta localidade. Com o PROSAMIM, apenas a casa da senhora C.G.A. permaneceu no local e as casas de seus filhos foram destruídas. De acordo com a proprietária, a indenização foi injusta, pois a avaliação feita pelos engenheiros do PROSAMIM reduziu bastante o valor real de sua propriedade. A mesma afirma que ficou sem quintal, pois foi todo tomado para a construção do Largo do Mestre Chico (figuras 48 e 49). Mas a sua lamentação maior é ter ficado longe de seus filhos, apenas dois conseguiram permanecer com ela, pois construíram apartamentos sobre a sua residência (figura 47). Outros dois foram morar no bairro Nova Cidade e um conseguiu um apartamento na unidade PROSAMIM denominada Gilberto Mestrinho, no bairro Cachoeirinha.

Figuras 47, 48 e 49 - Residência da entrevistada, evidenciando as informações citadas.

Fonte: Arlene Bezerra Vilaça, trabalho de campo, maio 2011.

O que chamou atenção durante a entrevista foi quando esta senhora afirmou ter perdido dois vizinhos, pois com a notícia da perda total ou parcial de suas residências por meio do PROSAMIM, os mesmos sofreram infartos fulminantes.

Realmente deve ser muito difícil, a pessoa ter batalhado para construir a sua residência durante anos, e, de repente, chega uma assistente social de um Programa do Governo e afirma que sua casa vai ser destruída e que por isso será necessário o deslocamento da família. Isso porque não é só a casa que vai ser destruída, mas parte da vida dessas pessoas, de um cotidiano de muitas décadas. Esse fato nos faz lembrar um comentário da Prof. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, sobre um fenômeno urbano ocorrido em Cotia na metrópole paulistana:

O que se constata, é que para muitos o “progresso” não melhorou seu modo de vida, ao contrário. Há na fala das pessoas nostalgia por um tempo que se foi, na realidade, por uma cidade que era mais humana e que o “progresso” transformou em “algo irreal” e fora dos anseios das pessoas comuns. O progresso aparece como algo exterior a elas (como concreto, cimento) porque, para elas está cada vez pior. Seus desejos não são de seus governantes. (CARLOS, 2008, p.157).

Este comentário sobre Cotia se assemelha aos sentimentos de parte dos moradores entrevistados no igarapé do Mestre Chico. Muitos ficaram angustiados com a perda de suas propriedades e com as consequências de todo esse processo. Tais consequências vão além do aspecto material, como é o caso da senhora C. G. A., inclui aspectos de origem emocional, social e moral.

Os moradores mais antigos também relatam em suas falas a “nostalgia por um tempo que se foi” (CARLOS, 2008, p.157), lembram das águas limpas do igarapé e dos barcos e canoas que adentravam por seus quintais. Recordam também do igarapé como fator primordial para a sobrevivência da família, pois suas águas eram utilizadas para o consumo diário e também como fonte de alimentação, pois a pesca também fazia parte do cotidiano dos moradores.

Esses antigos moradores presenciaram a poluição do igarapé, o seu aterramento e agora a destruição não apenas das águas, mas também de suas residências ou a de seus amigos e familiares. Este fato é muito comum na sociedade em que vivemos, onde a transformação do espaço urbano torna-se um elemento estratégico na reprodução do capital, que por meio do urbanismo, encontra cada vez mais um fortalecimento. Isso nos remete à visão de LEFEBVRE (2008, p.31), quando fala sobre o urbanismo dos administradores:

Este urbanismo se pretende científico [...] tende a negligenciar o “fator humano” [...] Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade.

Esse urbanismo assumido pelas diversas esferas do Poder Público revela a reinvenção das cidades, todavia não é o cidadão a razão desse urbanismo, mas a valorização espacial exacerbada pela imagem e estética.

Podemos exemplificar como o cidadão está em segundo plano, relatando outra insatisfação de uma moradora da Rua General Glicério, nas proximidades do igarapé do Mestre Chico: a senhora M. G. C. de 45 anos, por meio de uma entrevista informou que em função do Programa PROSAMIM, foram retirados os bueiros que existiam em sua rua e também realizaram um serviço de terraplanagem que elevou o nível do asfalto e as casas ficaram em um nível mais baixo. Com isso, quando ocorrem chuvas intensas na cidade, as casas dessa rua ficam alagadas, o que já vem provocando prejuízos aos moradores, como podemos constatar nas figuras 50, 51, 52:

Figuras 50, 51 e 52 - Aspectos da rua e da casa da moradora entrevistada
Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, 2010.

Além desse prejuízo, a moradora M. G. C. afirma que perdeu 2 metros e dez centímetros de seu terreno que foi tomado pelas obras do PROSAMIM. Afirma também que em algumas casas foi realizado o serviço de drenagem na parte de trás das mesmas que vão de

encontro ao largo do igarapé do Mestre Chico. No entanto, em sua residência não foi realizado o serviço e quando chove, além de alagar a parte da frente da sua casa devido o serviço de elevação do asfalto de sua rua, a parte de trás também alaga devido à ausência do serviço de drenagem. A moradora já recorreu a Unidade de Gestão do Programa onde deu entrada em três processos que estão arquivados, sem nenhum posicionamento por parte do órgão.

Assim, os moradores que permaneceram em suas casas mesmo com as obras do PROSAMIM, não foram tão beneficiados com o Programa como muitos pensam. Isso porque, quando observamos essas casas de alvenaria que estão na área do entorno do igarapé do Mestre Chico, percebemos de imediato como hoje os proprietários ganharam uma visão espetacular se comparada ao que existia antes. No entanto, por meio das entrevistas, percebe-se que a satisfação não pode ser generalizada como a mídia coloca nas propagandas que circulam nas emissoras de televisão locais.

Dessa maneira, o PROSAMIM, como proposta de política pública para a revalorização social e ambiental dos igarapés de Manaus, é também elemento que determina a função e a forma urbana, interferindo diretamente na realização da vida. Corresponde a uma política “inspirada” em políticas externas, que muitas vezes não leva em consideração as especificidades do lugar.

Este processo de produção da cidade cria a possibilidade de reprodução do capital que se renova constantemente por meio desses programas que são implementados na Área Central da cidade de Manaus, e que afetam a cidade como um todo. Podemos constatar que existe, nesse processo, uma correspondência direta entre os interesses políticos e os interesses econômicos, que reforçam a legitimidade das ações do Estado por meio da “revalorização” desse espaço, possibilitando uma infraestrutura que privilegia a poucos, excluindo a maior parte da população.

Nesse sentido, promove-se o desenvolvimento de programas que visam a “revalorização” da cidade - especialmente na Área Central - onde o espaço público passa a ser transformado para atender às exigências do capital. Podemos avançar nesta perspectiva, através da ênfase proposta por CARLOS (2001, p.12) quando apresenta três níveis de análise para a produção do espaço – dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana.

A dominação política pode ser entendida como as ações do Estado e das elites privadas que direcionam as transformações do espaço público de acordo com seus interesses.

A acumulação do capital é analisada por meio de investimentos no setor imobiliário que possibilitam uma maior reprodução e circulação do capital, apresentando a cidade com um novo visual para ser comprada, trocada ou vendida. A realização da vida humana é percebida através das práticas cotidianas que se manifestam nos espaços públicos, como por exemplo, as idas e vindas para o trabalho, a circulação acirrada nas áreas do comércio e o lazer.

Em nossa área de estudo foi possível perceber esses três enfoques, em especial a realização da vida, que diante das transformações do espaço urbano é modificada a qualquer custo.

Nesse sentido, a população está condicionada a aparecer como uma mera expectadora, cada vez mais distante da produção do espaço. A construção e sustentação de uma imagem inovadora para a cidade direcionam os recursos públicos em grandes obras que muitas vezes apenas amenizam os problemas socioeconômicos pelos quais passam a maioria da população. Para VARGAS E CASTILHO (2006, p.265),

Definitivamente, entra-se na era da imagem, da visibilidade, da valorização do lugar, da cidade como lócus do consumo [...]. Assim a “boa e bela” imagem responde, simultaneamente, pelo alcance dos mais diversos objetivos [...], implícitos ou explícitos, a estratégia para alcançá-los passa pela reinvenção de uma imagem urbana, que se traduz por meio da forma física, das atividades que podem ser consumidas nesse espaço e das mensagens que podem ser transmitidas nesse processo – em que o estado e o capital alinham-se agora em uma escala e modelos globalizados [...] **[grifo das autoras]**

2.1.2.1 O entorno do Largo do Mestre Chico: processos de valorização do solo, gentrificação ou homogeneização?

Os imóveis que permaneceram nesta localidade após a intervenção urbana, ganharam uma valorização considerável com a implantação do Largo do Mestre Chico, pois não fazem mais parte de uma área decadente e sim valorizada, bem no centro da cidade. Durante uma entrevista nesta localidade, a senhora M. G. C., 45 anos informou que a equipe técnica do PROSAMIM avaliou sua casa em R\$ 120.000,00, antes do início das obras. Recentemente ela solicitou que um corretor avaliasse a sua residência para verificar a valorização de sua casa após as intervenções, foi avaliada em R\$ 280.000,00. Ocorreu uma considerável valorização do solo urbano nesta localidade em função das obras do PROSAMIM.

Desta forma, se efetiva a (re) produção do espaço urbano, onde a criação das infraestruturas sociais e físicas tem por objetivo a sustentação da circulação do capital. Segundo CARLOS (2008, p. 97,98), do ponto de vista do capitalista, o espaço urbano,

[...] aparece como capital fixo, onde sua estrutura acontece para permitir a circulação da mercadoria, da matéria-prima e da mão-de-obra, viabilizando o processo produtivo [...]. O processo de (re) produção do espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto da (re) produção humana - considerado como meio de consumo - e da (re) produção do capital, como condição geral de produção sob a forma de capital fixo.

Para a autora, o espaço também é plano de reprodução, uma vez que ao produzir sua existência, a sociedade realiza a reprodução continua do espaço.

Considerando essas abordagens, a produção do espaço passa a ser analisada como reprodução das relações sociais por meio de práticas socioespaciais. Analisar a Área Central de Manaus dentro desta perspectiva é um desafio que a metrópole nos coloca hoje. Compreendê-la com toda a sua complexidade significa entender verdadeiramente os elementos de reprodução do espaço urbano nas escalas local e mundial.

O processo contraditório de acumulação capitalista dá-se em função do revigoreamento do sistema no nível geral de suas estratégias de produção, circulação e acumulação, onde a cidade é um elemento ímpar por concentrar o poder político, econômico, financeiro e social. Nesse sentido,

[...] as mesmas condições que engendram a riqueza produzem a miséria; as mesmas condições que desenvolvem as forças produtivas produzem também uma força produtiva de pressão contrária, e engendram um proletariado cada vez maior. A reprodução dos homens e de suas relações existem para servir ao capital (CARLOS, 2008: 148).

A partir dessa condição, percebemos a cidade sendo organizada de acordo com o modo de produção capitalista, em que a valorização do solo urbano se realiza de forma diferenciada de outras mercadorias. Isso porque a sua valorização não se dá apenas pela forma direta do trabalho, mas também pelas formas de apropriação e uso desse espaço. Essa apropriação não ocorre de forma espontânea, passa a ser fruto dos interesses de grupos hegemônicos e do Poder Público com o intuito de atrair fluxos do capital por meio da implantação, no caso em questão, do Programa PROSAMIM.

No novo espaço urbano criado pelo PROSAMIM não tem mais lugar para os moradores das margens e do leito do igarapé. E os que permaneceram na área do entorno do

Largo do Mestre Chico, podem também sofrer, com o passar do tempo, enquanto tendência, um processo de reassentamento, em função das implicações especulativas. Este fenômeno também pode ser denominado de gentrificação e ocorre em cidades de diferentes países do mundo, como por exemplo, na cidade de Ciutat Vella de Barcelona:

Os proprietários de imóveis situados nas zonas que foram revalorizadas começaram a vender seus bens às grandes empresas imobiliárias. Agora os investidores redescobriram o bairro, porque ali era possível conseguir lucros significativos. Assim, Ciutat Vella tem tendência a tornar-se de novo um lugar atrativo para certos setores da população. Muitas vezes, os promotores imobiliários adquirem imóveis ocupados, e em seguida recorrem a diferentes estratégias legais para obrigar os moradores a partir. Os novos moradores dos imóveis reabilitados correspondem a uma população de classe média, jovem e qualificada. Vivem geralmente sós ou em casais, e possuem um bom poder de compra (CLAVER In BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p.156, 157).

Segundo CLAVER, em Barcelona foi o governo municipal quem criou as condições para que as empresas imobiliárias reinvestissem,

Depois de um período de investimento público, os agentes econômicos se puseram a investir no setor e o preço das habitações não parou de subir desde 1992, signo evidente da revalorização daquela zona. Outros fatores como o crescimento do turismo depois dos Jogos Olímpicos de 1992, também contribuíram para essa revalorização econômica, considerando que 60% dos turistas passam pelo centro, que constitui o principal lugar de consumo e concentra a maioria de oferta em matéria de lazer e cultura (principalmente os hotéis, bares e restaurantes (CLAVER In BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 157).

Fato similar poderá ocorrer em Manaus, pois estamos vivenciando o momento dos investimentos públicos que preparam a cidade para ser uma das sedes dos jogos da copa de 2014 a ser realizada no Brasil. É uma verdadeira disseminação dos planejamentos urbanos de “cidades-modelo” que introduzem, profundas e intensas alterações na dinâmica, na noção de tempo e no território de diferentes cidades localizadas em países distintos. O que dá a entender, segundo LEFEBVRE (2004, p.43), que “a cidade ou o que resta dela, ou o que ela se torna, serve mais do que nunca a formação do capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição da mais- valia”.

Nesse sentido, a população não tem poder de decisão, se for do interesse dos grupos hegemônicos e do Poder Público, a tentativa de expulsão da atual população, com a chegada de outra de maior poder aquisitivo, se efetivaria dentro de um contexto econômico, social e cultural para fortalecer a acumulação do capital. É nesse aspecto que evidenciamos as intervenções públicas como estratégias de controle social. Geralmente esses projetos urbanísticos são inspirados em modelos estabelecidos mundialmente, instrumentalizando a homogeneização. No entanto, ela não ocorre de fato, do modo como foi implementado em outros lugares, pois só estes possuem as suas particularidades.

Nesse contexto, percebemos “modelos” de projetos urbanísticos de cidades mundiais sendo implantados em cidades localizadas em diversos países do mundo, mas não da mesma forma. Segundo VARGAS E CASTILHO (2006, p. 24),

Na Europa, por causa do maior controle do estado sobre o desenvolvimento das cidades, conseguiu-se interferir e manter a continuidade no campo das políticas urbanas. As intervenções incluíram não apenas o comércio central, mas a habitação de baixa renda, o sistema de transporte, os espaços públicos e o ambiente urbano. Algumas ações, como a liberação das ruas para pedestres nas áreas centrais, bem como as construções de estacionamentos, foram muito comuns e tornaram-se exemplos para outros continentes.

Enquanto na Europa os planos de alguma forma contemplam, mesmo que parcialmente, as reivindicações e direitos sociais como habitação, acessibilidade do pedestre, equipamentos de lazer, cultura, saúde, educação, transporte, em Manaus temos um arremedo disso, ou seja, o Estado prioriza ações que respondam aos interesses de reprodução rápida do capital, em que as agências de fomento internacional como o BID, BIRD ou FMI, ganham destaque como empreendedoras do ambiente urbano, superando o que era de competência da esfera estatal. É o advento do neoliberalismo que por meio das agências multilaterais buscam cada vez mais o fortalecimento do lucro privado.

2.1.3 As unidades habitacionais construídas pelo Programa PROSAMIM e a visão de seus moradores

Como uma das alternativas de reassentamento para as famílias removidas das margens dos igarapés Mestre Chico, Bittencourt, Manaus e Quarenta, o Governo do Estado propõe a construção de unidades habitacionais (UH's) de solo, criado na Área Central da cidade. Este

solo criado é o resultado do aterramento parcial e da canalização dos igarapés, o que promoveu a valorização do solo em detrimento do percurso natural das águas, configurando um sério prejuízo ambiental. Segundo os entrevistados que presenciaram o processo de aterramento, o lixo presente no leito dos igarapés não foi totalmente retirado, sofreu um processo de compactação, seguido o de deposição de concreto para que as obras da construção das UH's se efetivassem.

A ação de construir as UH's em solo criado é justificada pelo Estado como uma alternativa da melhoria de vida da população, que demonstra resistência em deixar a Área Central. A ideia, pelo menos no discurso, é oportunizar aos moradores uma moradia digna e a permanência na mesma localidade, onde poderão usufruir de todos os serviços disponibilizados pela Área Central.

No entanto, o aterramento e a canalização dos igarapés estão sendo alvo de críticas de ambientalistas, geógrafos, sociólogos, poetas entre outros. A advogada e poetiza Ana Zélia Silva, retrata esta ação da seguinte forma:

Envergonho-me como Manauara e tua filha presenciar a crueldade praticada pelos governantes, nos aterros dos últimos filetes de água dos “saudosos igarapés” que circundavam a cidade. Serão estradas, monotrilhos, praças, edificações, enquanto presenciamos o aumento da temperatura, temporais assustadores, rios secos, o Rio Negro seco, o Igarapé da pancada, do Quarenta, do Mestre Chico, do São Raimundo, do Mindú e tantos outros, secos, a orla de Manaus tórrida. Castigo de Deus, maldição dos rios, do jeito que vai nem a Senhora da Conceição, Padroeira da Cidade, abençoará nosso povo, nossa gente, tombaremos antes de 2014, quando para muitos Manaus será “diferente” [...] (SILVA, 2010).

Com os aterramentos foram construídos quatro UH's no solo criado, como citamos anteriormente: Parque Residencial de Manaus, Parque Residencial Prof. Gilberto Mestrinho, Parque Residencial Senador Jefferson Peres e Parque Residencial Largo do Mestre Chico.

As UH's apresentam modelos padronizados, com alvenaria estrutural, tijolo cerâmico, fundação armada, telhas de fibro-cimento, com janelas basculante ou tipo sasazaki (algumas unidades tiveram essa alteração). A tipologia das UH's resulta em casas sobrepostas, que não possuem áreas compartilhadas, com entradas individuais para o reassentamento de 6 famílias por bloco (figura 53).

Figura 53- Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho.
Fonte: Acervo AGECON, fevereiro 2011.

Tais unidades são compostas por apartamentos que medem 54 metros quadrados, divididos em sala, dois quartos, copa-cozinha, banheiro e área de serviço (Revista PROSAMIM, 2008, p.35). As figuras abaixo dão a idéia dessa estrutura interna:

Figuras 54 e 55 - Estrutura interna das UH's construídas pelo PROSAMIM (Parque Residencial Mestre Chico).

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, pesquisa de campo, outubro 2010.

Por meio das entrevistas aos moradores das unidades habitacionais localizadas no Centro da cidade²¹ podemos constatar muitas reclamações com relação ao desenrolar da vida nessas UH's. O Sr. O. N. S., 35 anos, afirma que o apartamento que recebeu é muito quente e

²¹ O processo de reassentamento na unidade habitacional do Mestre Chico – área de estudo - teve início somente no segundo semestre de 2011 e as pesquisas já estavam em andamento, por isso realizamos entrevistas em outras unidades habitacionais da Área Central. As entrevistas realizadas durante o processo de reassentamento no Parque do Largo do Mestre Chico será tema do próximo item.

sem visibilidade, o mesmo mora no térreo e o nível do prédio é mais baixo que a rua, como podemos visualizar na figura 56. Ele afirma que os próprios moradores estão desrespeitando as normas estabelecidas no “manual do proprietário” no que diz respeito às seguintes normas: respeitar os limites e horários para usar aparelhos de som em volume alto evitando barulho; evitar estender roupas ou bater tapetes nas janelas; não depositar objetos de sua propriedade nas áreas de circulação e acesso; evitar a não ocupação do imóvel (PROSAMIM/MANUAL DO PROPRIETÁRIO, p.10).

Segundo o entrevistado, muitos escutam o som muito alto, estendem roupas em locais inapropriados como: corrimão das escadas, janelas, gramas e até mesmo nos canteiros (figura 56). Churrasqueiras são colocadas em locais impróprios, o que dificulta a circulação de pessoas, além de oferecer riscos, principalmente para as crianças. Segundo ele, esses fatos são alvo de muitas brigas e discussões entre os proprietários.

Figura 56 - Parque Residencial Gilberto Mestrinho.

Fonte: Arliene Bezerra Vilaça, trabalho de campo, março 2011.

A senhora J. A. F. de 25 anos, afirma que está difícil arcar com todas as despesas que surgiram com a mudança para o apartamento. A mesma afirma que sua conta de luz fica em torno de R\$ 180, 00 e a água R\$ 150, 00. Ela conta que existem moradores que para reduzir a despesa, passam o dia na casa de parentes e vão para o apartamento apenas para dormir. Até porque a escritura definitiva do imóvel é fornecida pela Superintendência de Habitação do

Amazonas (SUHAB) no ato da entrega da unidade, porém com restrições que estabelecem, por exemplo, que o morador não poderá vender ou alugar seu imóvel por 10 anos.

Em geral, a inclusão social dos que moravam nas palafitas aparentemente se concretiza, mas a condição de penúria social continua. Portanto, o Poder Público necessita de políticas que atendam os anseios da população local, do contrário, os objetivos implícitos serão agregar valor e atrair investimentos através das políticas de revalorização do espaço urbano.

Percebemos que os problemas de parte da população que morava no igarapé do Mestre Chico foram atenuados, mas não resolvidos. A população continua sem emprego, passando fome e agora com muitas dívidas para pagar. Até quando vão suportar esta situação? Pode acontecer o mesmo que aconteceu com os moradores da antiga cidade flutuante que não conseguiram arcar com a despesa da nova moradia e venderam suas casas (ver páginas 30 e 31). Isso é uma forma de exclusão social mascarada pela figura de um governo que aparentemente desenvolve uma política transparente, organizada e de ampla participação social. Isso nos remete a visão de ALVES (1999, p.7) quando afirma:

Na realidade, há uma estratégia de classe que procura assegurar a reprodução das relações de produção espacial, *stricto sensu*, ligado aos fatores econômicos, através do domínio sobre o espaço. Não é de um dia para outro que se transforma a apropriação do espaço em posse privada, domínio excludente, no impedimento do uso do espaço pela sociedade. Nessa estratégia, joga-se com várias armas que, direta ou indiretamente, atingem a vida da sociedade e promovem alterações em sua prática, principalmente nos grandes centros urbanos. Como situação exemplo podemos chamar a atenção para o papel do urbanismo em nosso mundo.

Diante disso, constatamos que esses modelos de urbanização são modelos excludentes que não mostram sua essência: conduzem a população para a periferia, transformam o uso e a forma do lugar, sem atender os reais anseios da população. E o mais interessante é que isso ocorre na cidade e todo mundo aplaude, pois a cidade está “mais bonita, mais limpa e organizada”. O que ninguém se pergunta é para quem? Quem são os mais beneficiados? Está sendo construída uma cidade para a melhoria de todos ou para o lucro privado?

Como explicita HARVEY (1992, p.88) “pão e circo” é uma fórmula antiga e consagrada de controle Social. Tem sido freqüente o seu uso consciente para pacificar elementos descontente ou agitados de uma população. Nesse contexto, enquanto a Área Central de Manaus se embeleza, nas periferias da cidade encontramos falta de saneamento

básico, de escolas, de ruas asfaltadas, de centros de saúde, enfim, as necessidades básicas para a população ter uma vida de qualidade. Dessa forma, enquanto o governo investe milhões para restaurar o centro da cidade, na periferia as pessoas passam fome. Não pretendemos aqui, condenar por completo a ação do governo nos investimentos urbanísticos, apenas questionamos que isto poderia proporcionar, de forma paralela, a melhoria de condição de vida da população. No entanto, parece haver a pretensão de melhorar a Área Central, expulsando a população pobre para periferia, que assim continua esquecida e longe dos olhares do turista, dos investidores e de certa forma da mídia.

2.1.3.1 População Remanejada para o Conjunto Habitacional Largo do Mestre Chico

O processo de reassentamento para as famílias nesta unidade ganha destaque por estar incluído na área de estudo desta pesquisa e por ter sofrido ajustes nas diretrizes do programa se comparados à política de reassentamento proposta para as outras unidades habitacionais.

Começamos esta discussão enfatizando todo o processo de reassentamento ocorrido nesta localidade. A população que residia no trecho do igarapé onde foi construído o Largo do Mestre Chico foi bastante diversificada. Os moradores que eram proprietários de imóveis tiveram a opção de permanecer na Área Central, e foram reassentados nas unidades habitacionais construídas pelo Programa, como o Parque Residencial de Manaus e o Parque Prof. José Jefferson Carpinteiro Peres e Parque Prof. Gilberto Mestrinho. A outra opção para os proprietários de imóveis era uma carta de crédito no valor de R\$ 21.000,00 ou indenização em dinheiro caso o valor do imóvel fosse superior ao da carta de crédito. Os que pagavam aluguel e foram cadastrados no Programa até 2004, não tinham a opção de permanecer no centro, mas de realizarem a permuta com uma casa em conjuntos habitacionais construídos pelo governo na Zona Norte da cidade. E se a casa no conjunto habitacional estivesse em fase de construção, o Estado pagava o aluguel da família até a casa ser entregue.

Após três anos da inauguração do Largo do Mestre Chico, a UH construída nesta localidade passou a ser ocupada. Tal processo teve início em agosto de 2011 e se encontra na fase de reassentamento. As famílias que estão ocupando esta UH correspondem, em sua maioria, aos moradores proprietários de imóveis localizados no trecho do igarapé do Mestre Chico que ainda não sofreu intervenção. Digo a maioria, porque segundo os depoimentos realizados nesta localidade há moradores de outros igarapés da cidade que também estão sendo reassentados na UH Largo do Mestre Chico. Outra informação obtida na pesquisa de

campo é que o Programa está excluindo os moradores que pagam aluguel e que não foram cadastrados em 2004. Tais fatos estão causando desapontamentos nos moradores,

Está ocorrendo muita injustiça com os moradores daqui do Mestre Chico. Estão dando os apartamentos daqui de perto [Unidade habitacional do Largo do Mestre Chico] para gente que vem de longe. Eu e minha família continuamos dentro do igarapé, com ratos, baratas e ninguém me tira daqui por que falaram que não fui cadastrada em 2004. Quando passaram na minha casa para fazerem o cadastro eu estava trabalhando e no outro dia que eu “fui lá” no escritório do PROSAMIM, me disseram que o cadastro da minha sogra ia servir para mim, por que eu ia ficar como “cedida”. Mas até hoje não resolveram nada. Estou vendo a hora de “acabar” os apartamentos [todos serem ocupados] e eu vou ficar de fora (A.C.X., 50 anos)

É certo que a gente precisa de um lugar melhor para morar, mas todos deveriam “se dá bem”. Eu não sei o que fazer, moro alugado aqui no igarapé porque é mais barato e sempre consigo fazer um “bico” aqui por perto. Agora estão falando que quem mora alugado não tem direito a mais nada, não sei nem pra onde eu vou quando obrigarem a gente a sair daqui. (F. S., 40 ANOS)

Moro no igarapé há sete anos, fui cadastrada pelo Prosamim em 2004, já estive no escritório da UGPI e me disseram que eu vou poder ficar com um dos apartamentos inaugurados no Largo do Mestre Chico, mas minha inquilina que mora a um ano em um quarto da minha casa não possui mais direito a nada. Falaram que eu preciso dizer para ela arrumar outro local para morar, porque quando eu sair daqui vão demolir a minha casa na mesma hora. (V. S. B., 37 anos).

Estas informações contradizem o Plano de Ações para Reposição de Moradias, Remanejamento de População e atividades econômicas instaladas em áreas requeridas para a implantação do PROSAMIM (PDDR),

Todas as famílias, independentemente de sua condição de ocupação e relação com o imóvel (proprietários, donos, ocupantes e locatários) serão alvo de reposição de moradia, devendo ser aplicado a cada uma dessas categorias, soluções aderentes às suas capacidades e vulnerabilidades frente o processo de remanejamento. (RGAS/PDDR, 2005, p.80).

No entanto, de acordo com 36% dos entrevistados, as ações previstas no PDDR, no que diz respeito aos locatários não estão sendo concretizadas. Segundo os depoimentos, este fato decorre de situações adversas que ocorreram durante o início da implantação do Programa,

Tinha gente que fingia que pagava aluguel na casa do amigo para ganhar um apartamento ou uma casa no conjunto Nova Cidade, por que o Prosamim cadastrava todo mundo que “tivesse” morando no igarapé (depoimento do senhor C.S.F., 31 anos)

Eu vi gente construindo um barraco em uma semana e na outra já ganhava um apartamento (depoimento de A.C.X., 45anos)

“Mana” tinha gente que se mudava e conseguia vender a casa velha para outro morar, só para esse também ganhar alguma coisa do PROSAMIM. Quando passaram a derrubar as casas, vendiam a madeira e outro construíam uma casa toda “troncha” e também ganhava outra nova. São uns “aproveitadores”. (depoimento de F.C.N., 26 anos.).

O interessante é que as pessoas que tentavam passar por moradores do igarapé do Mestre Chico para ganhar uma casa do Estado são vistas como aproveitadoras pelos moradores locais, que passam por uma situação parecida diante da necessidade por uma moradia. Mesmo assim, não se sensibilizam pela situação de indigência social do outro, pelo contrário, mesmo estando em situação semelhante criticam essa ação e passam a justificar a regulamentação do Estado em excluir os moradores que não foram cadastrados até 2004.

Diante dos depoimentos, podemos perceber como o Estado não possui o poder total sobre as ações das pessoas envolvidas em um processo de intervenção urbana. No entanto, quando a falta do controle começa a se manifestar é criada uma nova norma e a população acaba por aceitar e justificar a ação do Estado em fazer a diferença entre quem já morava e quem ao perceber a possibilidade de conseguir uma moradia tenta fazer parte do programa. Para LEFEBVRE,

As condições que fazem surgir às possibilidades também podem mantê-las em estado virtual, na presença-ausência [...]. O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do “urbano” [**grifo do autor**]. (LEFEBVRE, 2001, p.102).

Temos, portanto, dois feixes distintos na busca pelo uso do espaço urbano: o pobre vivendo a “obsessão” por uma casa na área urbana e o Estado como “reordenador” do espaço urbano. A população moradora da área de intervenção não permanece ao lado daquele que se encontra na mesma situação social, “às portas do urbano”. Pelo contrário, como acha que vai

ser beneficiada pelo Programa, vê no outro uma ameaça que pode interferir na concretização desta possibilidade tão esperada.

Nesse processo, para se manter a ordem projetada pelo Estado são realizados “ajustes” nas diretrizes do Programa, como por exemplo, restringir o número de famílias que serão reassentadas. Aquele que mora de aluguel no leito e nas margens do igarapé do Mestre Chico não tem mais direito ao reassentamento: é simplesmente eliminado do processo. Neste caso, não se investiga a origem do morador naquela localidade, a medida é comum a todos que se encontram vivendo em casas/quartos alugados ou construídos recentemente.

Dessa forma, o Estado almeja neutralizar a “desordem” gerada pela busca da permanência no urbano na Área Central, na cidade. O racionalismo impera acima de tudo, o que nos remete a visão de LEFEBVRE quando analisa a racionalidade organizadora nas diversas escalas da realidade social:

Como pôr ordem nessa confusão caótica? É assim que o racionalismo de organização coloca seu problema. Essa desordem não é normal. Como constituí-la de norma e de normalidade? É inconcebível. Essa ordem é malsã. O médico da sociedade moderna se vê como um médico do espaço social doente. A finalidade? O remédio? É a *coerência*. O racionalismo vai instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica que ele observa e que oferece à sua ação. Este racionalista corre o risco de não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim, e que ele vai sistematizar a *lógica do habitat* subjacente a desordem e à incoerência aparentes, que ele vai tomar por ponto de partida de suas *démarches* coerentes na direção da inerência do real. (**grifos do autor**). (LEFEBVRE 2001, p.30)

Neste caso, o Estado que almeja “amenizar a pobreza²²” por meio do PROSAMIM, conta com a racionalidade organizadora para conter as ações daqueles que oferecem “riscos” a continuidade do empreendedorismo urbano. Assim, excluem parcela da população por não apresentarem os requisitos necessários para serem “beneficiados” pela ação do Estado. Essa população passa a ser excluída duas vezes: por serem pobres e por não possuírem tempo de moradia suficiente no igarapé que lhe assegurem a permuta por uma moradia “cedida” pelo governo.

Aqueles que moram no igarapé há mais tempo, cadastrados pelo Programa PROSAMIM em 2004, passaram de excluídos para incluídos, pois possuem direito de reassentamento de acordo com as opções estabelecidas pelo Programa. No entanto, as

²² Termo bastante utilizado pela instituição internacional financiadora do Programa PROSAMIM.

condições necessárias para a manutenção da vida continuam a não existir, mesmo que estes estejam cadastrados nos programas assistencialistas das bolsas estatais (família, gás, educação etc.) que efetivamente não resolvem o problema, apenas amenizam o sofrimento e acalmam a população.

A inclusão social dos que moravam nas palafitas (cadastrados pelo Programa em 2004) aparentemente se concretiza, mas a condição de penúria social continua. O apartamento no conjunto habitacional Largo do Mestre foi “cedido”, mas seus moradores são agora controlados pelas diretrizes do Programa, que estabelece o que pode e o que não pode ser feito com o imóvel. De acordo com o “manual do proprietário”, não é permitido alterar a arquitetura externa do prédio (a forma, a pintura, as esquadrias) das UH’S. No entanto, as alterações estão ocorrendo gradativamente, com a colocação de grades nas portas e janelas por parte dos moradores. Na parte interna não é permitido demolição ou construção de paredes, abertura de portas e janelas e nem mudar as instalações elétricas e hidráulicas (MANUAL DO PROPRIETÁRIO/PROSAMIM, 2007, p.7). As alterações internas observadas na pesquisa de campo correspondem em sua maioria à pintura, colocação de pisos e assentamentos de portas, pois os moradores recebem o apartamento sem esses revestimentos.

Nesse contexto, além das normas estabelecidas pelo Programa em função da moradia “cedida” pelo Estado, os moradores das UH’S tendem a ser estigmatizados por parte da população manauara, pois são vistos como os “necessitados” que foram resgatados dos igarapés ou como desqualificados sociais em função da pobreza. Até mesmo a aparência dos apartamentos já causa segregação, pois as unidades habitacionais se destacam por se diferenciarem dos prédios da Área Central de Manaus pela ausência da cor e do embuço, contrastando com os outros imóveis da área de entorno, como podemos perceber na figura 57.

Figura 57 - Parque Residencial de Manaus.
Fonte: AGECOM, 2009.

CAPÍTULO 3

A AÇÃO PÚBLICA E A VIDA NA PERIFERIA DA CIDADE

O decreto n.º 24.828, de 23 de fevereiro de 2005, regulamenta o Fundo Estadual de Habitação – FEH instituído pela lei n.º 2.939, de 30 de dezembro de 2004. O reassentamento das famílias que moravam na área do igarapé do Mestre Chico é desenvolvida por meio deste, gerido pela SUHAB²³ em parceria com a UGPI. Ao Fundo compete desapropriar, indenizar, efetuar permutas de imóveis e financiar moradias de interesse social para a população residente na área de abrangência do Programa PROSAMIM.

O decreto n.º 24.841, de 04 de março de 2005 disciplina procedimentos para liberação das áreas de execução do Programa PROSAMIM. Entre elas temos por meio do art.1.º - a liberação das áreas de execução do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, mediante indenização ou permuta na forma da lei ou concessão de “bônus moradia”, nos termos deste decreto.

Realizamos entrevistas com vinte famílias que foram transferidos deste igarapé para a Zona Norte da cidade, para verificarmos como está sendo a vida “fora do igarapé”. Este capítulo busca conduzir a pesquisa a uma reflexão sobre as diferentes transformações no espaço urbano e na vida da população decorrente do processo de intervenção do Poder Público pela implantação do Programa, destacando também a relação do Estado com o capital internacional na concretização do PROSAMIM.

3.1 A vida na Zona Norte da Cidade

Os antigos moradores do igarapé do Mestre Chico tiveram destinos diferentes diante das propostas de reassentamento propostas pelo Programa, citadas anteriormente. No entanto, o Conjunto Nova Cidade foi escolhido por concentrar um considerável número de famílias reassentadas.

Conforme os objetivos do Programa, a transferência dessas famílias visa possibilitar maior qualidade de vida. No entanto, mesmo com a saída do igarapé, as condições sociais

²³ SUHAB – Superintendência Estadual de Habitação

dessas famílias continuaram as mesmas, ocorrendo desta forma a transferência da família juntamente com seus problemas socioeconômicos.

Essas pessoas que eram estigmatizadas por morarem em um lugar de ocupações “irregulares” continuam vivenciando a mesma situação no Conjunto Nova Cidade, pois são apontadas como os “antigos moradores do igarapé” - área considerada de risco, que segundo os entrevistados, ocorrem atos de violência, tráfico de drogas e prostituição – pelos moradores mais antigos do conjunto, formados principalmente pelos funcionários públicos do Estado, uma vez que esse conjunto habitacional foi construído a priori para ser financiado para esses funcionários. Isso demonstra como a cidade segrega seus habitantes conforme seu poder aquisitivo.

Nesse aspecto, para os moradores do igarapé, a vida em um conjunto residencial na sociedade atual é algo possível, no entanto este “privilegio” não deve ser real na visão dos funcionários públicos que moram do Conjunto Nova Cidade. O reassentamento das famílias que moravam nos igarapés da Área Central ocorreu neste bairro principalmente pelo descumprimento de uma das propostas do Programa que era justamente o pagamento imediato das indenizações das famílias que perderam suas casas em função da implantação do PROSAMIM. A alternativa mais rápida para o Poder Público, de modo a minimizar os possíveis conflitos, foi adequar o Conjunto Nova Cidade aos interesses do Estado, capacitando-o para receber parte da população desalojada do Mestre Chico.

Por meio das entrevistas realizadas com a população reassentada no Conjunto Nova Cidade foi possível perceber como ainda sofrem com o estigma de terem sido moradores do igarapé do Mestre Chico. A senhora T.P.S., 35 anos, funcionária pública e moradora do Conjunto Nova Cidade há sete anos, afirma que teme pela segurança da sua moradia, chama os novos moradores de “indivíduos indesejados, baderneiros, que fazem barulho, com música alta e violência”.

Já a senhora M. P.S., 46 anos, antiga moradora do igarapé do Mestre Chico, narra que quando chegou à sua nova casa, percebeu como sua vizinha se sentia insegura com sua presença. Principalmente por que ela tem dois filhos adolescentes que segundo os olhares da vizinha, vestem-se de uma forma “estranha”. A senhora M.P.S. disse que estava realizando a sua mudança e de repente foi abordada com o seguinte comentário: “aqui nós não temos problemas com nossos filhos, eles não gostam de arruaças e nem fumam drogas”.

Segundo a senhora M.P.S. este foi apenas um episódio de constrangimento entre os inúmeros que já sofreu em sua vida. Afirmou que está ouvindo no bairro Nova Cidade as

mesmas frases que ouvia quando morava no leito do igarapé. Foi estigmatizada em função das características atribuídas ao local onde morava que pode ser comparado aos “guetos” americanos dentro de outra realidade social. Para ALVES (1999, p.3),

A existência de “guetos espaciais”, ao mesmo tempo em que, de alguma forma, integra internamente os grupos, ou pela luta de direitos ou pela pseudo-identidade pautada no consumo, promove e/ou é resultado da segregação sócio-espacial que se estabelece no espaço como um todo. Sua formação dá aos grupos uma coesão interna que pode levar à negação e exclusão dos que lhes são diferentes. O reconhecimento da diferença, da existência do outro, enquanto pertencente a um grupo específico, pode promover, pela separação, um pacto de não agressão, como também um conflito entre os grupos, justamente pelo reconhecimento da diferença.

Nesse caso, está causando conflitos entre os grupos envolvidos em função dos moradores mais antigos do Conjunto Nova Cidade se acharem prejudicados pela chegada de moradores que saíram de uma área considerada de risco. É o reconhecimento da diferença entre os grupos sociais. É curioso que parte dos próprios habitantes da área dos igarapés incorporam este estigma. Quando perguntamos ao senhor M.C.V. , 31 anos, onde ele residia antes de morar no Bairro Nova cidade, respondeu que morava na Rua Ramos Ferreira, no centro da cidade e sua casa só foi retirada porque ficava próxima da área de intervenção do Programa. No entanto, no mesmo instante sua cunhada afirma que ele está com “pavulagem”²⁴ e que ele morava no “bodozal”²⁵, bem no leito do igarapé. O entrevistado não queria afirmar o local real de sua moradia, para não sofrer constrangimento. É uma estratégia de aceitação que muitas pessoas usam para encobrir os processos de segregação e exclusão que enfrentam no cotidiano, o que reforça ainda mais o estigma imposto pela sociedade aos moradores do igarapé.

Esse constrangimento se dá porque os moradores das áreas dos igarapés são vistos pela sociedade, segundo os entrevistados, como pessoas sem educação, que causam transtorno por meio das drogas e violência. E pelo Poder Público são vistos como responsáveis pelas ocupações “irregulares” e causadores da poluição dos igarapés, como podemos perceber em um dos textos da revista “PROSAMIM: a transformação de uma cidade”:

²⁴ Este termo é utilizado em toda a região amazônica, foi criado da palavra pavão e significa belo, bonito, formoso e pomposo. Mas na prática é usado para falar de alguém que gosta de “aparecer”.

²⁵ Esta expressão surgiu a partir de um peixe da região que se chama bodó . Este peixe é encontrado nos igarapés e consegue sobreviver em águas poluídas. Assim, os lugares com habitações nos igarapés são chamados de forma pejorativa de bodozal.

Até 2006, cerca de 36 mil pessoas que moravam nas margens dos igarapés de Manaus, estavam em casas precárias onde conviviam com a dificuldade de coleta de lixo, falta de conscientização ambiental e de saneamento básico. Essas condições faziam com que os moradores de palafitas jogassem resíduos sólidos e líquidos nos braços de rio, ocasionando péssimas condições sanitárias e comprometendo o escoamento das águas [...]. A retirada de famílias das áreas de risco e as obras de melhoria sanitária e urbanística, realizadas pelo PROSAMIM, já mostram resultados animadores [...]. Nos igarapés (Manaus, Bittencourt e Mestre Chico) foi constatada uma redução de 51, 67% de coliformes fecais nas águas [...]. Essa redução é o resultado da retirada de aproximadamente cinco mil palafitas, cujos moradores (12. 532) deixaram de contribuir com o despejo de dejetos sanitários, in natura, nos igarapés (Revista PROSAMIM, 2008, p. 21 a 23).

No entanto, a melhoria ambiental proposta pelo Programa PROSAMIM pode ser contraditória. De acordo com OLIVEIRA, ANDRADE FILHO E MOLINARI (2011, p.141) o projeto de requalificação ambiental dos igarapés apresentado pelo Programa não é fato real, por considerarem que,

As obras de engenharia sobre o canal fluvial do Mestre Chico vêm sendo alvo de constantes remodelações em sua forma, principalmente em relação aos trabalhos nos leitos do igarapé, onde os processos erosivos foram amplamente constatados ao longo dos meses estudados [...]. As principais mudanças residiram nas transformações das feições geomorfológicas dos leitos, ou seja, nas formas e disposição do relevo das margens e do canal. Em um primeiro momento, pôde-se constatar a intensificação dos processos erosivos, dando origem a diferentes formas registradas. Considerando que o conjunto de obras do igarapé do Mestre Chico continua em andamento, era de se esperar constantes adaptações das construções aos processos de intempéries da região. Entretanto, parte das obras publicamente “entregues” a população, ou seja, inauguradas, apresentam constantes alterações em seus trechos.

O estudo citado acima revela por meio de fotos as contínuas mudanças adquiridas no canal, ao longo dos meses estudados:

Figura 58 - Alterações das obras em um ponto do canal do Mestre Chico em diferentes meses.

Foto: Valdir Soares, 02/10/2008 (a); 23/12/2008 (b); 03/04/2009 (c).

Fonte: ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.135-148, jan./jun. de 2011.

Desse modo, as obras projetadas pelo Programa não levaram em consideração as características naturais da área. É muito mais fácil responsabilizar a população pelos danos ambientais nos igarapés da cidade do que assumir a ausência de políticas públicas que viabilizassem condições satisfatórias de sobrevivência para essas populações e que ao mesmo tempo respeite as características naturais da região. Além disso, culpar a população de poluir os igarapés é uma estratégia do Poder Público para justificar o reassentamento da população pobre na periferia da cidade.

Nesse contexto, a sociedade percebe a saída dos moradores do igarapé como algo que precisa ser feito para o benefício de todos, para a organização da cidade e para a melhoria do

meio ambiente. É obvio que a cidade não poderia mais comportar palafitas nos igarapés como alternativa de sobrevivência. No entanto, as obras nessas áreas surgem como se todos fossem se beneficiar dos parques, quadras e pistas de caminhada construídos no local. Não se evidencia nos discursos os lucros dos empreendedores privados e dos cofres públicos e muito menos a mudança brusca na vida das pessoas que moravam na área de intervenção. Para ALVES (1999, p.4),

Mas, como imprimir a passividade e o silêncio aos cidadãos? Privando-os do espaço, que passa a ser organizado pelo Estado e não compreendido como produto da história daquela sociedade da qual faz parte. Isso se torna possível ao se enfatizar apenas as ações estatais, quando se pensa na transformação do espaço.

Podemos exemplificar isso, por meio de uma entrevista realizada com uma antiga moradora do igarapé do Mestre Chico e que hoje reside no Conjunto Nova Cidade. A senhora I.R.L., 37 anos, afirma que nunca foi ao parque de entretenimento- Largo do Mestre Chico - construído no local onde ficava a sua antiga moradia. Ela fala que agora mora muito longe e não disponibiliza de recursos para levar toda a família. Para se ter uma idéia da distância de sua atual residência, ela afirma que precisa sair de casa quatro horas da manhã para chegar as sete e trinta no seu trabalho de cozinheira em um restaurante na Área Central da cidade.

3.2 Caracterização do Conjunto Nova Cidade

Segundo Oliveira e Costa (2007, p. 43), a partir de 2001 foi iniciada a construção do conjunto Nova Cidade, na Zona Norte da cidade. Afirmam que a construção desse conjunto contribuiu para a ampliação dos domínios espaciais da cidade, ocorrendo sua interiorização, que avança sobre a floresta pelas “terras firmes” da Zona Norte. OLIVEIRA, MOURA E A. ALVES (2010) apontam que,

a construção do Conjunto Nova Cidade visava atender os servidores públicos estaduais com renda mensal entre três e dez salários mínimos – na época o salário mínimo no Brasil correspondia a R\$180,00 - sendo o prazo de pagamento em até 240 meses com as prestações descontadas em folha de pagamento. Atualmente segundo informações da Suhab além de atender aos servidores públicos estaduais as casas populares também foram direcionadas

as famílias beneficiadas pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM.

Por meio da pesquisa de campo, constatou-se que 70% dos entrevistados estavam insatisfeitos com os serviços públicos na área do conjunto habitacional, como: carência do transporte coletivo, escolas e posto de saúde. Afirmaram que dentro do conjunto não há linhas de ônibus e para “pegarem” o ônibus, necessitam andar cerca de 1,5 km até a parada na rua principal do bairro. As escolas disponíveis também ficam fora do conjunto. “Quem não tem transporte particular precisa andar muito”, afirma a senhora M.C. 45 anos.

Ela assegura que existe uma Políclínica no bairro (fora do conjunto) e quando esteve com a sua mãe de 69 anos doente, passou sérios apuros por não ter transporte particular. Teve que recorrer a um favor de um vizinho disposto a conduzi-la até a policlínica. “E se não fosse o meu vizinho? Como chegaria até lá? Vi à hora da minha mãe ir embora ali mesmo, pois ela sofre de pressão alta e estava muito mal”, afirma a entrevistada.

Por meio das entrevistas, foi constatado também que 70% dos entrevistados reclamaram que as casas são muito quentes e pequenas, é certo que possuem terreno para a ampliação, já que cada imóvel possui 36,03 m² de área construída e um terreno de 128m², mas nem todos possuem condições para isso.

O calor intenso ocorre porque o conjunto foi construído sem utilizar o sistema de arborização, como podemos observar na figura 2. Em função disto, também está sujeito a possíveis vendavais.

Figura 59 - Vista Aérea do Conjunto Nova Cidade.

Fonte: <www.skyscrapercity.com> acesso em 27 de junho de 2011.

De acordo com a reportagem do Amazonas em Tempo, o superintendente do IBAMA no Amazonas, Mário Lúcio Reis, faz o seguinte comentário sobre a construção do conjunto:

O conjunto da Nova Cidade foi construído incorretamente por dois motivos. Primeiro, porque o local abriga um sítio arqueológico, segundo, porque não foram observados os impactos ambientais, explicou Mário Lúcio. Ele falou que não se sabe até hoje como foi aprovado o projeto do Nova Cidade e indicou traços de negligência na observação da planta de construção. “Queremos casas populares, mas devemos tê-las com a devida responsabilidade”, salientou. Para Mário Lúcio, o Estado deveria tomar medidas urgentes para o reflorestamento da área, pois com a demora no plantio de árvores poderá acontecer corrosão no solo, perdendo totalmente a sua vitalidade (Amazonas em Tempo, Caderno Notícias, 03/07/2005).

Para Carvalho, Luíndia e Aguiar, o sítio arqueológico encontrado no início das obras do conjunto exterminaram a maioria das urnas existentes, em função das escavações realizadas na área. Para as autoras, os sítios arqueológicos são instrumentos fundamentais para o incentivo à valorização da identidade do povo manauara e à promoção do

desenvolvimento do turismo cultural no Amazonas. O mesmo deve ter como base a Educação Patrimonial na sociedade presente e na perspectiva de uma construção da memória coletiva (2010, p.69).

Mesmo com toda esta problemática sobre o conjunto, cerca de 50% dos entrevistados se acham beneficiados com o Programa. O senhor B. A. 31 anos, operador de máquinas, afirma que quando morava no igarapé seu filho não tinha espaço para brincar e sempre estava amedrontado com o barulho de tiros e com a intervenção da polícia na área. “Quando cheguei aqui, meu filho de 3 anos escutou barulho de foguete e pensou logo que era tiro, vivia o tempo todo assustado, agora meu filho brinca na rua sem medo e com segurança” afirmou ele.

Em outra entrevista, o senhor G. J., 46 anos, autônomo, afirma que os filhos adolescentes ficaram longe do tráfico e se sente mais seguro. Esse sentimento de bem estar, mesmo com a carência dos serviços públicos, nos remete a visão de CLAVAL (2010, p.46) quando afirma:

[...] deixar os lugares em que se viveu até então é apagar a lousa, é recomeçar do zero, é se dar a chance de construir uma vida longe de um passado penoso, longe dos lugares em que o futuro parecia sombrio e ameaçador.

Para essas pessoas, o fato de criarem os filhos longe de um futuro aparentemente ameaçador, ou seja, longe do tráfico, compensa qualquer ausência de infraestrutura do bairro e até mesmo o direito à opção de onde morar. É uma característica do próprio sistema capitalista, onde as pessoas tendem a auto-segregação em busca de segurança. Neste caso, não houve esta opção, mas foi aceita por uma parcela dos moradores que se tivessem condições econômicas já tinham optado por essa condição de vida. Sobre a auto-segregação, SEABRA (2004, p.193), coloca:

A transformação da cidade em metrópole chega a expor com veemência e sem comiseração limites muito estreitos à reprodução da vida; chegamos a noção de territórios de uso, fruto da auto-segregação concebida e administrada por territórios exclusivos. Agora, muito mais dramaticamente do que em outros momentos da história urbana, a segregação socioespacial ao realizar-se é percebida e vivida como contradição inerente ao processo de reprodução social. Por isso a inclusão perversa (expressa nas subabitações, nas ocupações, nas favelas ...) dos supostamente excluídos não passa despercebida e expõe à sociedade inteira, a problemática da urbanização como um problema de reprodução da vida [...]. A segregação que, já se sabe como tal, integra-se à práxis social. Dá conformação a espaços de morar formando conjuntos muito homogêneos. Sejam os condomínios fechados, os conjuntos habitacionais, os centros empresariais, as ocupações das áreas

periféricas das metrópoles ou ruas e jardins que se fecham para o uso público e nos quais, os seus atributos mais significativos estão programaticamente relacionados à segurança.

Visualizando a figura abaixo, percebemos a homogeneização na ocupação do espaço:

Figura 60 - Vista parcial do Conjunto Nova Cidade.

Fonte: Telamon Firmino 2004 in: Oliveira, J. A. e Costa, D. P. 2007 Conjuntos habitacionais e a urbana de Manaus: Filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais, **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, p.44.

Essa homogeneização confirma a espacialização própria do capitalismo como formação social, porque traduzem o fenômeno urbano por grandes contingentes (a conhecida sociedade de massas), visando à rentabilidade econômica e à racionalidade técnica por meio da fragmentação sistêmica das formas de uso do espaço (SEABRA,2004,p.194).

A rentabilidade econômica e a racionalidade técnica são direcionadas pelas políticas públicas que manifestam os interesses dos empreendedores privados, que acabam por modular a atividade de morar. Em decorrência, o movimento da propriedade em geral é restringida aos objetivos do Estado, e a população atingida passa a ter a vida cotidiana sob as determinações dessa estrutura, sem a percepção deste processo ou sem outra alternativa.

Diante das ações e dos projetos públicos que se apresentam como necessários, o deslocamento de habitantes para conjuntos residenciais na periferia da cidade é apresentado para a população como possibilidade de maior qualidade de vida. As propagandas tentam passar a idéia um lugar tranqüilo, organizado e com maior segurança.

Essa estratégia de reassentamento na periferia da cidade proposta pelo PROSAMIM não difere da política de habitação mais tradicional do país: a periferização da população de baixa renda. Para CARDOSO (2007, p.11), “[...] nos anos 80 começaram a aparecer iniciativas de governos estaduais e municipais no sentido de desenvolver programas de urbanização de assentamentos precários”. Essas ações foram direcionadas pelo Banco Nacional de Habitação - BNH e implementadas por meio do Programa PROMORAR - Programa de Erradicação da Subhabitação.²⁶ Para o autor, “[...] as experiências de urbanização e regularização de assentamentos precários disseminam-se ao longo da década de 90 em quase todas as cidades do país” (CARDOSO, 2007, p.12). Desta forma, a homogeneização dos projetos urbanísticos a nível nacional é perfeitamente perceptível nas políticas de intervenções urbanas.

Em Manaus, os conjuntos habitacionais nos moldes do Conjunto Nova Cidade, construídos pelo Poder Público, estão sendo expandidos consideravelmente nas zonas Norte e Leste da cidade. O quadro a seguir apresenta a evolução dessas construções entre os anos de 2003 à 2010, direcionados principalmente ao reassentamento das famílias que sofreram o processo de desapropriação em função do PROSAMIM.

CASAS CONSTRUIDAS E ENTREGUES					
CONJUNTO	LOCALIDADE	PERÍODO	SUHAB	PROSAMIM	TOTAL
Cidadão I	Manaus	2003	478	-	478
Cidadão II - Amine Lindoso	Manaus	2004	73	-	73
Bairro - Nova Floresta	Manaus	2003	36	-	36
Bairro - Riacho Doce	Manaus	2003	10	-	10
Bairro - Grande Vitória	Manaus	2003	66	-	66
Cidadão III - Carlos Braga	Manaus	2003	403	-	403
Residencial Vila Nova	Manaus	2004	276	-	276
Cidadão IV - João Paulo II	Manaus	2004	1320	-	1320
Conjunto Nova Cidade	Manaus	2003 à 2006	6.686	-	6.686
Conjunto Galiléia	Manaus	2003 à 2006	1.080	-	1.080
Cidadão São Gabriel	São Gabriel da Cachoeira	2006	145	-	145
Conjunto Cidadão Petrópolis	Manaus	2007	32	-	32

²⁶ Suas propostas convergiam para a erradicação das subhabitações destituídas das condições mínimas de serviços, com a permanência da população beneficiada na mesma área ou bairro onde antes se localizavam as subhabitações (Silva, 1989).

Conjunto Cidadão – ITA	Itacoatiara	2007	613	-	613
Conjunto Cidadão - Rio Preto	Rio Preto da Eva	2007	117	-	117
Conjunto Cidadão - Manacapuru	Manacapuru	2007	117	-	117
Conjunto Lula	Manaus	2008	500	-	500
Cidadão V	Manaus	2008	631	-	631
Cidadão VI	Manaus	2009	421	-	421
Cidadão VII	Manaus	2008	423	-	423
Parque Residencial Manaus I	Manaus	2008	-	567	567
Parque Residencial Manaus II	Manaus	2008	252	-	252
Parque Residencial Jefferson Pères	Manaus	2008	-	150	150
Nova Cidade (Área da Baixada)	Manaus	2008	40	-	40
Igarapé do Passarinho	Manaus	2008	39	-	39
TOTAL DE CASAS ENTREGUES			13.504	969	14.473

FAMILIAS QUE RECEBERAM CASAS POR MEIO DO PROSAMIM					
CONJUNTO	LOCALIDADE	PERÍODO	SUHAB	PROSAMIM	TOTAL
Indenizações	Manaus	2005 à 2009	-	4.468	4.468
Bônus	Manaus	2005 à 2009	-	2.480	2.480
Cheque moradia	Manaus	2005 à 2009	-	1696	1.696
Total de beneficiários			-	8644	8.644

CASAS/APTOS EM CONSTRUÇÃO					
CONJUNTO	LOCALIDADE	PERÍODO	SUHAB	PROSAMIM	TOTAL
Conjunto Cidadão VIII	Manaus	-	500	-	500
Prédio Popular de Petrópolis	Manaus	-	256	-	256
Conjunto Cidadão X	Manaus	-	1.287	-	1.287
Pró Moradia	Manaus	-	1.920	-	1.920
Conjunto Ozias Monteiro I	Manaus	-	800	-	800
Conjunto Ozias Monteiro II	Manaus	-	192	-	192
Conjunto Cidadão XI	Manaus	-	512	-	512
Conjunto Cidadão XII	Manaus	-	800	-	800
Conjunto Cidadão XIII	Manaus	-	512	-	512
			6.859	-	6.859

TOTAL GERAL DE FAMILIAS REASSENTADAS	31.994
---	---------------

Fonte: < www.suhab.am.gov.br > acesso em 28/06/2011.

Para se ter idéia da similaridade entre os conjuntos habitacionais citados no quadro acima, observemos as imagens abaixo:

Figura 61 - (a) Conjunto João Paulo; (b) Conjunto Cidadão I; (c) Conjunto Nova Cidade; (d) Conjunto Galiléia; (e) Conjunto Cidadão V e (f) Conjunto São Gabriel da Cachoeira.

Fonte: < www.suhab.am.gov.br > acesso em 28/06/2011.

Na compreensão desta questão emblemática, algumas dimensões teóricas podem ser apontadas, LEFEBVRE (1991, p.14) coloca que para entender a realidade urbana é necessário considerar a ação dos seguintes conflitos específicos:

[...] entre valor de uso e o valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora.

Estes conflitos nos levam a problematizar a criação desses conjuntos habitacionais. Por que as áreas ocupadas pelas palafitas no igarapé que só possuíam valor de uso para seus moradores se transformam em valor de troca em função do Programa que está sendo implantado na cidade? Por que a função da moradia se transforma em função política e comercial? Como a expansão do espaço urbano ocorre por meio de uma organização corporativa que regulamenta a função (moradia da população pobre) e as formas de ocupação (construção dos conjuntos habitacionais) desse espaço?

Deste modo, entendemos que o valor de uso e o valor de troca, a forma e a função urbana devem ser compreendidos em simultaneidade com os processos do universo social, que dão sustentação ao capitalismo. A forma do conjunto habitacional assenta-se em um espaço que se dinamiza por meio dos conteúdos sociais, estando atrelados aos interesses do Poder Público e a satisfação dos grandes empresários.

Ainda sobre a reflexão do espaço urbano, HARVEY manifesta que a organização do espaço urbano tornou-se cada vez mais importante com os investimentos do capital fixo, onde a compreensão do espaço está relacionada às práticas sociais e não apenas à sua dimensão física. Para HARVEY (2006, p.85),

O Estado também deve desempenhar um papel importante no pavimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com o lucro.

Nesse sentido, percebemos que a construção dos conjuntos habitacionais se encontra no caráter das relações capitalistas de produção, ou seja, por meio da troca entre a palafita e a nova moradia, o Estado proporciona infraestrutura social e física para a população

“desassistida” e em contrapartida reestrutura o centro da cidade com equipamentos urbanísticos na busca da sustentação do capital.

Nesse campo de ação se passa a idéia que o Estado não se apoderou da propriedade dos moradores pela força e que cada um dos moradores renunciou à sua propriedade de modo voluntário (MARX, 1973 p.243 apud HARVEY, 2006 p.84).

Comparando esta idéia com a prática, vimos por meio do trabalho de campo que a realidade é bem diferente. Para os moradores que não moravam dentro do igarapé, mas estavam na área de intervenção do Programa, a avaliação da propriedade era realizada por engenheiros do PROSAMIM. Segundo os entrevistados, ocorreram muitos conflitos, pois muitos proprietários não queriam sair de suas casas e achavam que a avaliação não estava sendo correspondente ao valor real da casa.

Em uma entrevista com um dos filhos da proprietária J.S.A., 88 anos, percebemos como foi difícil a negociação e posteriormente a saída da família de sua residência. A proprietária morava a 58 anos em uma casa de alvenaria nas proximidades do igarapé e não aceitava a saída. Ela é viúva, todos os filhos já são casados e já não moravam mais lá. No entanto, aos finais de semana ela tinha o prazer de receber a todos juntamente com os genros, noras e netos. A casa era grande, com 4 quartos, sala, cozinha, 2 banheiros, área de serviço e garagem, ao todo a área da propriedade era de 1500 m².

Segundo o filho da proprietária, J. S. A., 45 anos, durante a primeira visita que a família recebeu da equipe do PROSAMIM, foi comunicada que a casa deveria sair em função do Programa. Fizeram a medição do terreno e avaliaram a propriedade em R\$ 220.000,00. No entanto, só pagaram R\$ 90.000,00 e a família foi praticamente expulsa de sua residência, pois chegaram com o mandato de despejo dando um prazo de uma semana para que todos saíssem. Isso abalou muito a família e todos ficaram muito preocupados com a saúde da matriarca.

Esse é apenas um exemplo entre tantos outros que ocorreram em função do Programa que foi implantado na cidade. O interessante é que nunca houve nenhuma manifestação por parte da população que morava no igarapé do Mestre Chico. Simplesmente saíram de suas casas e tiveram que modificar suas vidas. Sem falar do igarapé que segundo OLIVEIRA, ANDRADE FILHO e MOLINARI (2011, p.141) “vêm sendo alvo de constantes remodelações em sua forma”. Com relação a esse aspecto também não houve nenhum segmento da sociedade que se mobilizasse, nem mesmo os “ambientalistas” nunca fizeram sequer uma passeata com relação a isso. Podemos destacar a abordagem de LEFEBVRE (1991, p. 157 e 158), quando afirma:

As opressões não são percebidas nem vividas como tais. Elas são ou administradas e justificadas, ou interpretadas como condições da liberdade... As opressões não reconhecidas e não reconhecíveis assediam a vida dos grupos (e dos indivíduos nesses grupos) e os regularizam de acordo com a estratégia geral.

Os espaços metropolitanos vão se configurando em busca de uma homogeneização como garantia da reprodução capitalista. No entanto, essa homogeneização não ocorre de forma efetiva, os espaços vão sendo estruturados de acordo com modelos pré-estabelecidos e reproduzidos mundialmente, porém revelando muitos contrastes devido às características locais intrínsecas a cada um desses espaços metropolitanos.

Comparando o PROSAMIM com projetos urbanísticos de outras cidades brasileiras, percebemos algumas similaridades. Como por exemplo, o Projeto Vila da Barca implantado na cidade de Belém-PA, apesar de não ter sido financiado pelo BID e sim pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), apresenta estratégias de intervenção comuns ao PROSAMIM: infraestrutura, saneamento básico, urbanização das áreas de baixada, melhoria ambiental e reassentamento das famílias. Com relação aos conjuntos habitacionais, também encontramos similaridades, como podemos visualizar nas figuras 62 e 63:

Figura 62 e 63 - Conjuntos habitacionais Vila da Barca e Prosamim.

Fontes: www.flickr.com/photos/pauloqueiroz. Acesso em 14 de julho de 2011.
Arliene Bezerra Vilça, pesquisa de campo, outubro 2010.

O Conjunto Habitacional do Projeto Vila da Barca foi destinado às famílias que moram às margens e no entorno do Rio Guamá, no telégrafo, totalizando aproximadamente 25 mil pessoas. Essa população será remanejada para apartamento que medem 65m², com 2 quartos, banheiro, sala, cozinha e área de serviço, com rede de esgoto e abastecimento de

água. Este projeto foi incluído no Programa “Palafita Zero” do Governo Federal, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), no valor de R\$ 36 milhões de reais repassados por meio Ministério das Cidades.

Podemos destacar também a questão das novas formas de consumo da sociedade como estratégias de homogeneização e controle social. Para SERPA (2007:21),

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias²⁷ são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e “integrando” *waterfronts*, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo”. Isso é particularmente evidente nos Estados Unidos, antes de se “exportar” para o resto do mundo [**grifo do autor**].

O Largo do Mestre Chico pode ser considerado um parque de entretenimento que veio coroar o Programa PROSAMIM, dentro de um processo de valorização imobiliária na Área Central da cidade, com o propósito de transformar a área considerada decadente em um pólo de lazer e turismo. No entanto, não pode ser usufruído pela população pobre que residia neste local, pois uma grande parcela foi remanejada para a periferia da cidade. A população mais beneficiada corresponde aos moradores da área de entorno ao Largo do Mestre Chico, formado principalmente pela nova classe média.

Assim, o controle e a regulamentação do espaço urbano são fundamentais para o Estado, pois com um discurso de uma cidade organizada, mais bonita, com amplos espaços de lazer, o espaço público é esvaziado daqueles que enfeiam, segundo a classe dominante, a cidade: os moradores das palafitas, os mendigos e os vendedores ambulantes. Para estes, resta moradia nos conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade, configurando um novo espaço moldado pelo Estado que poderá render lucros tanto para os empreendedores privados como para o Poder Público. A transferência da população para a Zona Norte conduz novos investimentos do capital para outra área da cidade.

Com a intervenção do Programa PROSAMIM surgem dois novos espaços para a expansão da economia capitalista: o Largo do Mestre Chico na Área Central e a ampliação do

²⁷ Para o autor “as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro, salvo evidentemente o novo “proletariado” terciário, constituído de categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e/ ou com empregos precários” (SERPA, 2007:21).

Conjunto Habitacional Nova Cidade, na Zona Norte. Isso porque, a movimentação de pessoas e os eventos que ocorrem no Largo do Mestre Chico, promoveram a circulação do capital em uma área que antes da intervenção do Programa era considerada foco de “externalidades negativas” (BID, 2004, p. 2) para o Poder Público e para a população que não habitava nesta localidade.

Já o Conjunto Nova Cidade teve um considerável acréscimo de habitações populares, fato que contribuiu também para o deslocamento do comércio, transporte, comunicação e outros serviços para uma nova área da cidade que precisava ser equipada para dar sustentação ao capitalismo. Sem contar que toda essa ação gera um suporte político favorável para o Governo, pois são obras de grande porte e causam um efeito marcante na sociedade.

Desta forma, por meio do Programa PROSAMIM o Estado passa a funcionar “como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca” (HARVEY, 2006, p. 85).

3.3 O Estado e o capital internacional

Para legitimar o conceito de instituição reguladora e provedora do bem estar social, o Estado passa a equipar de infraestruturas sociais e físicas os dois espaços: Largo do Mestre Chico e Conjunto Nova Cidade, com um discurso que induz à satisfação da classe menos favorecida. Mas na realidade, esses equipamentos são essenciais para a produção e a troca capitalista, pois o capital internacional juntamente com as ações do Estado e das empresas privados, assumem um papel de provedores deste processo. Nesse sentido, HARVEY defende que o “Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum [...]” (2006, p.82).

As agências multilaterais de desenvolvimento (BID, FMI, ONU) na atual conjuntura, manifestam um importante papel na efetivação destas ações empreendedoras que, aparentemente, garantem os interesses da classe de menor poder aquisitivo. Como afirma SÁNCHEZ (2003, p. 278), “desde os anos 80, mas especialmente na década de 90, o privilegiamento da escala do local e o interesse pelo campo da gestão urbana, determinam o papel central das agências multilaterais como mediadoras do processo de mercantilização das cidades”. Para STEPHANOU (2005, p. 128):

Instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são compreendidas como grandes instituições financeiras. No entanto, o FMI objetiva ser principalmente um fundo de estabilização monetária aos países com déficit orçamentário. Já o Banco Mundial e o BID são órgãos que se destinam a prover assistência concessional aos países em desenvolvimento e que, no Brasil, têm relevante papel no financiamento de políticas públicas.

Essas agências só amparam programas de intervenção urbana que estejam dentro de sua estratégia de empréstimos e financiamentos. De acordo com STEPHANOU, essa estratégia está alicerçada em três indicadores chave: a promoção da equidade social; redução da pobreza e crescimento sustentável do ponto de vista ambiental (STEPHANOU, 2005, p.144).

Diante dessas estratégias, podemos dizer que Manaus, como metrópole da Amazônia Ocidental, apresenta características econômicas, sociais e naturais condizentes aos investimentos das agências de fomento internacional. A situação de cidade localizada na periferia do capitalismo e em uma das regiões mais cobiçadas do planeta se enquadra com precisão no discurso de “redução da pobreza e crescimento sustentável”. Tal condição favoreceu o financiamento para a execução do PROSAMIM, orçado em sua totalidade em US\$ 500 milhões dentro de um prazo de 12 anos. Sendo que na primeira etapa do Programa – Bacia do Educandos - foram destinados US\$ 140 milhões e deve ser concluída dentro do prazo de 8 anos. De acordo PACP-2010, o PROSAMIM apresenta os três indicadores propostos pelo BID, quando se propõe a contribuir para a resolução dos problemas social, ambiental e urbanístico da Área Central de Manaus.

Ainda com relação ao desenvolvimento sustentável, podemos acrescentar que Manaus apresenta condições naturais atrativas aos interesses das agências de fomento internacional. Está localizado na Amazônia que, segundo o IBGE, é o bioma que apresenta a maior área protegida do país:

Dentre os biomas brasileiros, a Amazônia detém a maior área protegida, com quase 17% de sua área total em UCs federais, das quais 7,9% naquelas de proteção integral. A Amazônia não apenas tem a maior área percentual protegida, como também possui as maiores UCs em extensão do País. Este dado reflete a ocupação humana menos densa observada neste bioma (IBGE, 2010, Dimensão Ambiental, p.148).

Apesar desses indicadores estratégicos do BID, a execução dos projetos financiados pelas agências multilaterais de desenvolvimento favorece o surgimento de sérios conflitos sociais urbanos. Principalmente por executarem “procedimentos e mecanismos universais para diferentes modalidades de desenvolvimento” (WILLIAMSON, 1981, MINTZBERG, 1994 apud LEIRNER, 2006, p.161) o que nos faz questionar o discurso promovido por essas agências, que propõem a melhoria da qualidade de vida da população.

Com relação a conflitos sociais no âmbito do Programa PROSAMIM, podemos exemplificar com o depoimento de Marcos Brito durante o 14º Grito dos Excluídos Manaus 2008, onde discorre sobre o conflito entre os moradores do igarapé da cachoeirinha e o PROSAMIM:

Sou Marcos Brito, faço parte do fórum do orçamento público do fórum da arquidiocese de Manaus, na Caritas, tenho atuação na igreja católica no bairro de Petrópolis na igreja São Pedro, e a gente também faz um acompanhamento no Programa Social e Ambiental nos Igarapés de Manaus, onde tivemos uma atuação direta no igarapé da Cachoeirinha. Uma das coisas que eu acho importante nós salientarmos é que nós achamos que o projeto é importante, fazer a revitalização dos igarapés, tratar com seriedade esta problemática que hoje atinge a nossa cidade é fundamental. Mas nós discordamos do método que está sendo usado pelo governo do Estado. Primeiro que o projeto diz que tem que haver a participação popular e esta participação popular quando alguém discorda da metodologia que o governo está atuando, que metodologia é essa: ficar surdo para as propostas comunitárias. Tipo, se a gente acha que deveria ter a construção de casas lá no igarapé da Cachoeirinha, onde tem espaço pra construir casas, mas para o governo nós observamos que não é interessante que a comunidade organizada, onde passou dez anos lutando pelo saneamento do igarapé, que conseguiram fazer manifestações, inclusive aprovar recursos no orçamento da prefeitura para começar os projetos. Não interessa a comunidade organizada até este ponto para o governo, para nenhum governo. Então, por este motivo, houve uma perseguição muito grande e quando a gente falava que era importante a comunidade estar presente, dizendo onde deveria ser a construção de suas casas e de que forma deveriam ser construídas as suas casas, o governo simplesmente retirou todas as famílias do leito do igarapé da Cachoeirinha, principalmente da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que fica na margem do igarapé, do lado esquerdo do centro bairro onde fica a paróquia de São Pedro. Então, essas observações, por exemplo, sobre o remanejamento do valor das indenizações, que hoje está defasado e muito, porque em 2005 eram 21 mil reais, passaram três anos e continuam o mesmo valor. Então onde você compra uma casa na zona sul de Manaus com 21 mil reais? É impossível. Você, talvez, ainda encontre na periferia e ainda no leito dos igarapés e na maioria das casas não têm toda a documentação legal completa e inclusive não pode haver negociação entre o governo, a população e os corretores, não existe isso. Mas o que está acontecendo é que estão comprando casas, como o caso da D. Marilda. Inclusive os vizinhos dela falam que esta casa já estava há muito tempo para ser vendida pelo valor de 10 mil reais. Para o governo do Estado o que acontece? A casa vale 21 mil reais. Então quem ganha com isso? É importante a comunidade

sonhar com uma casa digna, mas como, se ela está sendo enganada no momento da compra de sua casa? Então são estas as observações que nós devemos fazer aqui, porque na nossa concepção de movimento social não existe este diálogo. O governo do Estado aprovou o PROSAMIM dois. Vai vir mais de 200 milhões de reais novamente para a continuação desse projeto. A própria assistente social, que foi morar com os moradores, assumiu, na assembléia com os moradores que houve erros no PROSAMIM 1. Estes problemas: a falta de diálogo, a compra de casas com o valor super faturado, a compra de casas dentro dos leitos de outros igarapés. Como fica a dignidade das pessoas no momento em que elas vão ter as suas casas. Elas são enganadas. Então, são estes descontentamentos que nós achamos que não devem existir, mas que o projeto é importante ele é e que ele funcione de fato. Cadê o tratamento de esgoto que ia ser feito nos igarapés? Nessa área aqui poderia ser construído uma área de referência de moradia popular para as comunidades, mas o que você vê desse lado são os grandes empreendimentos e do outro lado você vê como é a realidade, uma quantidade muito densa de pessoas morando aqui, agora o mínimo que essas pessoas moram aqui são 20, 30, 40 anos e vão tirá-los daqui. E as teias sociais que o projeto defende? Tudo isso está sendo desrespeitado. O governo está pecando e se não houver de fato a participação da comunidade isto será um erro histórico para nós. Nós temos a leitura de que o governo do estado tem um orçamento de mais de 6 bilhões de reais, para ser gasto por ano. E, no momento em que se for fazer um trabalho de infraestrutura na cidade, tem que fazer estes grandes empréstimos e nós vamos ter que pagar isso e com juros altíssimos, porque o banco nunca perde, quem perde é a sociedade.

(www.afinsophia.wordpress.com, acesso em 28/07/2011).

Este depoimento retrata a insatisfação de uma parcela da população das áreas de intervenção do Programa, que até o presente momento não foi tão beneficiada como se imaginava. No entanto, as manifestações e as resistências são mínimas, diante da magnitude dessa intervenção urbana. As pessoas insatisfeitas com o Programa não conseguem se mobilizar, pois o fato do Estado “conceder” alternativas de reassentamento (bônus moradia, apartamento na área central da cidade ou uma casa no conjunto habitacional nas zonas norte e leste) para a população pobre, neutraliza as ações daqueles que foram injustiçados e ludibriados nesta “troca” de espaços. Até por que na visão da classe dirigente e da população que não faz parte deste processo, esta troca é inquestionável. Como uma pessoa que morava no igarapé poluído pode se indignar em receber uma nova moradia?

Esta visão ganhou a aceitação da maior parte da população como se fosse uma ação para o bem de todos os membros da sociedade e em “especial” para o pobre que morava no igarapé, para a população da área do entorno ao igarapé e para a melhoria do meio ambiente. Nesse sentido, HARVEY (2006, p.81) manifesta que as idéias dominantes ganham a

aceitação como representantes do “interesse comum” e precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais.

Percebemos que os Programas e Projetos urbanos geram contradições e interesses diversos, com conflitos sociais encobertos pela bela paisagem construída, com o intuito de difundir o ideário de melhor qualidade de vida da população e do meio ambiente. No entanto, os problemas sociais da população pobre não são resolvidos com as intervenções urbanas. Estas, na maioria das vezes, estão incluídas em políticas que privilegiam o consumo e a imagem estabelecida, onde os parques, as quadras, as pistas de caminhada e a construção da habitação popular favorecem mais às grandes empresas empreiteiras do que à cidade e seus habitantes. Essa é a versão mais comum dos empreendedorismos urbanos contemporâneos, que camuflam a pobreza existente na cidade por meio de projetos urbanos considerados de sucesso.

Nesta visão, o Estado brasileiro é capturado pela dinâmica do capitalismo monopolista que se fortalece com a internacionalização das relações econômicas, onde os empreendimentos urbanos financiados pelas agências multilaterais de desenvolvimento contribuem para o fortalecimento do capital internacional e para o enfraquecimento das relações internas dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Esta captura desordena as ações do Estado, que endividado, acaba por agravar os problemas sociais como a miséria, o desemprego, a falta de moradia, a violência e a marginalidade.

No caso da dívida pública do Estado do Amazonas, podemos constatar uma considerável elevação, diante das obras do PROSAMIM e da construção da Ponte sobre o Rio Negro. Fato que está sendo alvo de manchetes nos jornais da cidade:

Em 2005 o Estado fechou com uma dívida total de aproximadamente R\$ 2 bilhões, e no ano passado (2010), a dívida foi para cerca de R\$ 3,1 bilhões. Os empréstimos foram adquiridos entre 1993 e 2010 para a realização de obras de infraestrutura e em refinanciamento de dívidas. O maior credor do Amazonas é o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico de Social (BNDES), a quem devia, até dezembro passado, R\$ 858,2 milhões. Segundo a SEFAZ, a dívida do Amazonas apresentou maior aumento em 2009, quando saiu de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 2,7 bilhões em 2009. Nos três anos anteriores (2005 a 2008) o aumento da dívida do Estado variou de 4,25% a 13% ao ano. De acordo com o gerente da Dívida Pública da SEFAZ, Rodolfo Bentes, o salto ocorreu porque o Estado precisou fazer um empréstimo para financiar o Programa Emergencial de Financiamento (PEF) do BNDES para conter os impactos da crise financeira internacional (2008-2009), iniciada nos Estados Unidos. Bentes informou que, à época, empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM) tiveram uma queda brusca nos faturamentos e com isso o Estado passou a arrecadar menos Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Não podíamos parar de

investir em obras e programas sociais por causa da queda na arrecadação e tivemos que decidir pelo empréstimo”, explicou o técnico da SEFAZ. Outro fator que fez aumentar o valor da dívida no Estado nos últimos seis anos foi o empréstimo feito para a construção da ponte Manaus-Iranduba. Em 2007, a ponte estava orçada em R\$ 574 milhões e atualmente já chega a quase R\$ 1 bilhão. Dos R\$ 691,1 milhões que o Estado deve a instituições estrangeiras, R\$ 515,4 milhões são devidos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para uma das duas etapas da realização do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM). (Jornal Diário do Amazonas, 30 de maio de 2011).

As duas maiores obras públicas do Estado - a ponte Manaus-Iranduba e o PROSAMIM - respondem por aproximadamente 34,4% da dívida consolidada em dezembro de 2010. A dívida do Estado disparou a partir de 2007, saltando de R\$ 1,95 bilhão para R\$ 3,18 bilhões em 2010. O crescimento do PIB e o fortalecimento das finanças do Estado permitiram que a capacidade de endividamento do Amazonas se alargasse, viabilizando empréstimos para obras como a ponte sobre o Rio Negro e o Prosamim. Em dezembro de 2010, os saldos devedores dos empréstimos referentes à ponte totalizavam R\$ 583,8 milhões. Já o saldo devedor do Prosamim era de R\$ 515,4 milhões. Se o valor da dívida fosse dividido por todos os 3,4 milhões de habitantes do Amazonas, cada um teria que desembolsar R\$ 915,19 para quitar o débito à vista. (Jornal A Crítica, 25 de Junho de 2011).

De acordo com a matéria do Diário do Amazonas, a dívida do Estado do Amazonas aumentou 53% em seis anos, principalmente em função de empréstimos para obras de infraestrutura e refinanciamento de dívidas. Fato este que demonstra o descaso em investimento nos setores relacionados à educação, saúde e geração de renda para a população de menor poder aquisitivo. O principal interesse dos últimos programas do governo satisfaz os anseios das empreiteiras, das imobiliárias e do capital financeiro na camuflagem de uma política urbana que apresenta a melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente, como os principais objetivos da intervenção urbana. No entanto, quando se vai às ruas conversar com a população “beneficiada” pelo PROSAMIM, percebe-se nos depoimentos a autocracia do Programa e a insatisfação de uma parcela de moradores com o processo de execução e com a própria qualidade do projeto. Além do que já foi mostrado, vamos ilustrar ainda mais a insatisfação dos moradores, com a reportagem do site de notícias da Rede Amazônica:

Inaugurado a pouco mais de um ano, o Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho (PROSAMIM), no bairro Cachoeirinha, zona Sul de Manaus, acumula reclamações. Lixo, esgotos que transbordam com a chuva e falta de iluminação, são alguns dos problemas relatados pelos moradores. A reportagem do **Portal Amazônia** conversou com comunitários. Segundo o comerciante Raimundo, a situação do saneamento básico é precária, principalmente em períodos chuvosos. “O esgoto é parte que deixa mais a desejar, entope e odor fica insuportável”, disse. Por muitos anos, o Igarapé da Cachoeirinha causou transtornos aos moradores da área devido às constantes alagações e desabamentos. Construção de unidades habitacionais foram as soluções adotadas pelo Governo do Estado para o fim do problema. Apesar dos benefícios trazidos à população, moradores relatam problemas causados pelo acúmulo de lixo e transtornos evidenciados pelos bueiros entupidos. Outro problema do local é a falta de segurança. “Me tiraram da área boa que morava e me trouxeram para esse lugar que não tem policiamento. A segurança é deficiente”, disse aposentada Almina de Botelho de Queiroz ao **Portal Amazônia**. Do mesmo problema reclama a dona de casa Valdenora Ribeiro. Há cinco anos morando no bairro, ela diz que a falta de policiamento ostensivo é um sério problema enfrentado pelos moradores. (www.portalamazonia.com.br/secao/noticias/plantao24h, acesso em 12 de setembro de 2011).

É visível que os investimentos públicos são utilizados segundo a racionalidade da lógica capitalista, que prioriza a inserção da cidade no mundo globalizado e desconsidera os próprios habitantes, principalmente se forem de baixa renda. Isso porque, tais investimentos não são usufruídos pela população da mesma forma, o que empurra cada vez mais o pobre para o abismo da injustiça e exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos no século XXI e mesmo assim quando se fala em Manaus ainda se pensa em uma cidade pacata, com uma vasta hidrografia rodeada pela exuberante Floresta Amazônica. No entanto, a capital manauense hoje pode ser comparada a qualquer outra capital brasileira, com características comuns de uma sociedade capitalista que faz da cidade o *lócus* da produção e circulação do capital.

Na busca desenfreada pelo revigoramento e fortalecimento do capital, a reprodução do espaço urbano representa um mecanismo que recria constantemente os interesses de grupos hegemônicos nesse processo. O espaço urbano vai se modificando de acordo com as determinações do mercado, que atende aos interesses da sociedade capitalista vigente. CARLOS sinaliza que,

“[...] a idéia de urbano transcende a de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*. O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. (CARLOS, 2008, p.84)

Dentro desta lógica, passamos a estudar o espaço urbano de Manaus, compreendendo a cidade a partir da interação de vários grupos sociais que se sucederam ao longo da história e se materializaram nas diferentes paisagens da cidade. As formas de apropriação desse espaço não ocorrem de forma passiva, são travadas verdadeiras lutas pela sua construção e reconstrução, onde estão impressas diferentes circunstâncias da vida social, cultural e histórica de uma determinada sociedade.

Na atualidade, a cidade de Manaus está passando por um amplo processo de reestruturação urbana, direcionado pelo Estado onde também estão inclusos os interesses de setores privados. Trata-se de uma nova disputa das arenas públicas, cuja questão ambiental e redução da pobreza representam as novas estratégias de ação do Poder Público. O discurso ambiental é incorporado pelo governo com o intuito de legitimar suas ações na cidade, como

por exemplo, a viabilização de obras nas áreas dos igarapés de Manaus, usando o argumento da “revitalização” desses cursos d’água. Esse processo culmina com o remanejamento da população pobre que ocupava essas áreas e com a instalação imediata de equipamentos urbanos no lugar de suas antigas moradias, sob a justificativa de se produzir políticas públicas em benefício desta população.

Nesse processo, a cidade passa a ser equipada para novos empreendimentos urbanos e os igarapés de Manaus vão desaparecendo, cuja consequência imediata é a valorização do espaço urbano, que na visão do Poder Público e da classe dominante só é possível com o remanejamento da população moradora dessas áreas, tidas como causadoras da poluição nesses ambientes, representando, desta forma, um obstáculo ao desenvolvimento urbano.

Assim, são investidos recursos públicos nas áreas ambientalmente degradadas, por meio de intervenções urbanas que proporcionem a “revitalização” dessas áreas, onde são aplicados projetos e programas urbanos que proporcionem o “desenvolvimento sustentável”. Esta concepção ganha o respaldo de grandes instituições financeiras, como o FMI, BIRD e o BID, “órgãos que se destinam a prover assistência concessional aos países em desenvolvimento e que, no Brasil tem relevante papel no financiamento de políticas públicas” (STEPHANOU, 2005, p.128).

Nesse embate, o Programa PROSAMIM ganha destaque no debate sobre as intervenções públicas de sucesso, como um programa que almeja controlar os problemas ambientais e ao mesmo tempo reduzir a pobreza na área urbana de Manaus, tendo como principal agente financiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No entanto, tais objetivos se contradizem com a prática, pois presenciamos igarapés sendo canalizados/aterrados e uma aparente redução da pobreza por meio da inserção de famílias carentes em conjuntos habitacionais, construídos pelo governo em diferentes áreas da cidade.

Para alicerçar as ações do PROSAMIM, é elaborado um Estudo de Impactos Ambientais (EIA), para instrumentalizar os procedimentos realizados durante as intervenções nos igarapés da cidade. Essas ações têm a aprovação do Plano Diretor de Manaus, o uso e controle do solo urbano são tidos como legais perante o Estado e a sociedade sem que ocorra nenhuma ameaça de impedimento durante a execução das obras.

Para analisarmos e discutirmos esta emblemática, escolheu-se o trecho do igarapé do Mestre Chico, onde teve início a primeira etapa de implantação do Programa PROSAMIM. O estudo deste fragmento possibilita a compreensão da dimensão deste empreendimento urbano

e as suas implicações na vida dos moradores das margens e do leito dos igarapés da Área Central de Manaus.

A pesquisa de campo dividiu-se em duas etapas: primeiramente, adentramos no universo da vida no igarapé, para compreendermos as características, o cotidiano e os percalços de se viver em palafitas na Área Central de Manaus e os impactos gerados pelo remanejamento das famílias para as unidades habitacionais. Realizamos entrevistas com famílias que ainda estão morando no igarapé do Mestre Chico na área que ainda não sofreu intervenção. Posteriormente, fomos a campo novamente para conhecermos a realidade daqueles que foram para as unidades habitacionais na Área Central da cidade e também para quem foi reassentado na Zona Norte da cidade, mais especificamente no Conjunto Nova Cidade, situado a 21 km do centro de Manaus.

As informações obtidas na primeira etapa nos possibilitaram o entendimento da duplicidade existente nas visões das famílias que ainda se encontram vivendo no leito do igarapé do Mestre Chico. A maioria dos entrevistados deseja sair do igarapé em função da poluição e da violência presente no lugar. No entanto, desejam ser reassentadas nas Unidades Habitacionais construídas nas proximidades, em função da proximidade com o trabalho, com a escola dos filhos e toda a infraestrutura que a Área Central pode disponibilizar. A outra parcela dos entrevistados afirma que não importa o lugar para onde vai ser reassentado, o maior anseio é ter a casa própria. Essa duplicidade nos desejos dos moradores está estritamente relacionada com o desejo de serem incluídas em um espaço considerado urbano, aceitos pela sociedade, sem serem estigmatizadas como os moradores do igarapé. Eles almejam o “direito à cidade” sinalizado por LEFEBVRE, que assim afirma:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o *direito à apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade [**grifo do autor**]. (LEFEBRE, 2001, p.134).

No entanto, o atual Programa de reestruturação urbana da cidade de Manaus não está privilegiando os mais pobres e sim as classes sociais com maior poder econômico. Os mais pobres são forçados a ocupar espaços destinados pelo Estado e no lugar de suas antigas moradias são construídos “espaços públicos de lazer”, com pistas de caminhada, playground, quadras poliesportivas, dentro de um ideário de “paraíso social”, incólume às tensões e ao

stress da vida cotidiana (SERPA, 2007, p.85). Essa nova paisagem urbana representa uma “cidade ideal” que passa a ser desfrutada pelas classes sociais de melhor poder econômico, pois a maior parte da população pobre foi destinada para a periferia da cidade.

Por meio da pesquisa de campo, constatamos que o desejo dos moradores do igarapé em permanecer na Área Central não está sendo atendido em sua totalidade pelo Estado. Até porque o Programa PROSAMIM apresenta medidas que restringem a permanência nesta localidade. Somente tem direito a um apartamento de 54m² nas UH's da Área Central, o proprietário do imóvel na área de intervenção que esteja devidamente cadastrado pelo Programa desde 2004. Quem não estiver dentro desses requisitos não está apto a receber um apartamento das UH's no centro de Manaus. Para o morador que desejar fazer a permuta por uma casa, a única alternativa é por uma nova residência bem longe do local de sua antiga moradia, nas zonas leste ou norte da cidade, onde foram construídos conjuntos habitacionais pelo governo do Estado. Aqueles que optaram pelo bônus moradia possuem ainda menos chances de permanecerem na Área Central, pois o valor de R\$ 21.000,00 (valor sem reajuste desde a implantação do Programa, em 2006) não possibilita a compra de uma casa nesta localidade.

O “direito à cidade” está longe de ser atingido, pois como LEFEBVRE afirma esse direito não se refere apenas ao direito da propriedade, mas o direito de participar da construção do novo espaço, o “direito à obra”, o direito de optar aonde quer morar, trabalhar, estudar e criar os filhos. No entanto, para os moradores do igarapé do Mestre Chico, não foram dadas opções de reassentamento, mas sim imposições para se estabelecerem em uma nova moradia que estivesse dentro dos propósitos da esfera pública. O espaço urbano vai se remodelando a serviço de interesses específicos, dentro de um prisma político e econômico que culmina com a segregação das classes populares em favor das classes de melhor poder aquisitivo.

Na segunda parte do trabalho de campo buscou-se analisar como está a vida fora do igarapé. Tarefa esta um tanto difícil, diante do entusiasmo dos moradores pela nova moradia em um lugar que aparentemente possibilita a sua inclusão na vida urbana. Fato que limita as críticas e os questionamentos por parte das famílias que se sentem beneficiadas pelo Estado e não se acham no direito de apontar críticas.

No que se refere aos moradores reassentados nas UH'S, constatamos que a satisfação dos moradores com a atual residência sempre tem como referência comparativa as antigas moradias no leito do igarapé, cujas condições de infraestrutura eram precárias. Geralmente no

início das entrevistas são traçados elogios a nova moradia, como se a vida estivesse transcorrendo sem dificuldades. No decorrer da entrevista, alguns moradores se referem à antiga moradia com saudosismo em suas falas, não pelas antigas casas, mas pelas relações que foram estabelecidas ao longo dos anos que moraram no igarapé. Quando saem do plano da comparação entre a moradia antiga e a atual, passam a relacionar a insatisfação com a nova moradia.

Essas insatisfações são diversas, algumas direcionadas a estrutura física do prédio como: infiltrações, vazamentos e canos quebrados nas lajes pré-moldadas. E outras de cunho social, como barulhos e uso indevido do espaço comum a todos, como churrasqueiras nos corredores, roupas estendidas nos corrimões das escadas e nos canteiros do conjunto. Muitos não atentam que as infiltrações não são causadas pelos moradores do andar de cima, mas pelo material de baixa qualidade utilizado na construção do prédio, sem falar das paredes que são finas e não isolam o menor barulho ocorrido no apartamento vizinho. Outro aspecto da insatisfação dos moradores está vinculado à falta de condições econômicas para a manutenção da nova moradia, pois muitos se queixam do elevado custo da energia e da água, a ponto de passarem o dia em casas de amigos e parentes para que os gastos sejam reduzidos ao final do mês.

Na pesquisa de campo realizada no Conjunto Nova Cidade, percebemos que a política de reassentamento é tida pela maior parte dos entrevistados como benéfica, principalmente por estarem vivendo em terra firme, dentro de um espaço legalizado e de acordo com os depoimentos, longe do tráfico. Essa última condição traz conforto principalmente para os pais de adolescentes envolvidos com drogas no lugar da antiga moradia. As insatisfações com a nova moradia foram relatadas no decorrer da conversa por meio de perguntas simples do cotidiano de cada morador. Assim, aos poucos foram relacionando os problemas do conjunto, no que diz respeito à carência do transporte coletivo, de escolas e de postos de saúde. Além dessa falta de serviços e equipamentos urbanos, os moradores que trabalhavam na informalidade na Área Central, próximo as suas antigas moradias, hoje estão sem nenhuma perspectiva de trabalho, passando pelas mesmas ou até mais necessidades que tinham na moradia anterior.

Mesmo com a nova habitação, a condição de penúria social continua, o “direito à cidade” sinalizado por LEFEVBRE é simulado pela lógica da inclusão dos excluídos sociais que deixaram de morar em palafitas e passaram a morar em conjuntos habitacionais. As condições de pobreza e indigência social permanecem e se manifestam nas novas habitações

“cedidas” pelo Estado. Não basta apenas uma nova moradia para garantir a “redução da pobreza” da população que residia nos igarapés. As necessidades desses moradores também estão refletidas principalmente no acesso aos serviços e equipamentos urbanos, à educação e à renda por meio de um trabalho digno e devidamente regularizado. No entanto, as famílias são remanejadas juntamente com todos os problemas socioeconômicos, que conduzem a permanência da miséria social.

Nesta situação, o objetivo do Programa PROSAMIM em “reduzir a pobreza” não se concretiza, é camuflado por meio do remanejamento da população pobre para as unidades e conjuntos habitacionais construídas pelo governo. Com essas novas habitações, o Estado passa a dar sustentação ao “protótipo periférico” de urbanização, pois determina o lugar e a padronização dos conjuntos habitacionais destinados aos pobres. O que mantém viva a desigualdade social dessa população, que é estigmatizada como os resgatados dos igarapés, os necessitados que merecem uma nova moradia ou como os “pobres que se deram bem”.

Esta atitude por parte do Estado não resolve os problemas socioeconômicos, pelo contrário, induz a população à pobreza progressiva, pois se reconhecem nessa situação e se submetem a todas as formas de assistencialismo estatal, sem terem a pretensão de saírem dessa condição. A pobreza que antes era um fator essencialmente de exclusão social hoje é um pressuposto para inclusão da população em diversos projetos assistenciais do governo. A população se acomoda e aprende a viver dos supostos “auxílios” do governo, sem perceber as estratégias de controle e manipulação que existem por trás deles. Para HARVEY,

Deve-se reconhecer que, sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, **com regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente** [grifo nosso] (HARVEY, 2001, p.188).

O Estado, por meio de sua política de “inclusão socioambiental”, promove a segregação da população e acentua o desaparecimento dos igarapés da Área Central de Manaus por meio dos aterramentos que considera essenciais para a “modernização da cidade”. Além disso, várias áreas verdes estão sendo desmatadas nas zonas leste e norte de Manaus para que novos conjuntos habitacionais sejam construídos, sob a justificativa de oferecer melhores condições de habitabilidade para a população. Na verdade, essa política habitacional é mais uma estratégia política que direciona novos serviços e equipamentos urbanos para outras áreas da cidade para dar sustentação ao capital. E a população é conduzida para estas

áreas dentro de um contexto puramente econômico, mas no discurso se diz social. Nesse ponto de vista, a esfera urbana representa um campo ilimitado para a acumulação e ampliação do capital, onde o Estado e os agentes imobiliários urbanos desempenham um papel essencial de desenvolvimento e manutenção capitalistas.

As políticas habitacionais representam um suporte para legitimar as ações do Estado, que passa a administrar e gerenciar não apenas programas e projetos urbanos, mas também a vida das pessoas. Portanto, estudar o contexto em que se realiza o PROSAMIM proporciona uma oportunidade de se repensar como a gestão, o planejamento e a governabilidade urbana interferem intrinsecamente na vida da população contemporânea sem a concretização de uma efetiva inserção no tecido urbano.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Glória da Anunciação. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. USP, Tese de Doutorado, 1999.
- AMAZONAS. **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM): Relatório de Impactos Ambientais – RIMA** - julho de 2004.
- AMAZONAS. PROSAMIM - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. **Plano de Controle Ambiental do Igarapé do Mestre Chico**. Manaus, 2004.
- AMAZONAS. PROSAMIM - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. **Estudo prévio de impacto ambiental do igarapé dos Educandos-Quarenta**. Manaus, 2004.
- AMAZONAS. **PROSAMIM: Relatório de Gestão Ambiental e Social – ESMR**, julho 2005.
- BECKER, K. B.; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 5ªed. São Paulo, 2008
- BID. **Documento Conceptual de Proyecto (DCP)**, 27 de julho de 2004.
- CARDOSO, Adauto Lucio. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios. In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12. 2007, Belém. **Anais**, Belém: UFB, 2007 p.1-24.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri . **A (re) produção do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, S. M. S, LUINDIA, E. A. e AGUIAR L. P.P. O desafio da educação patrimonial arqueológica como base para uma consciência cultural e turística. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05, 68-81, Dez/2010, Disponível em: <www.revistas.uea.edu> acesso em 14 de setembro de 2011.
- CLAVAL, Paul. **A terra dos homens: a geografia**. Tradução: Domitila Madureira. São Paulo: Contexto: 2010.
- COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Relatório da Cheia 2005**. Superintendência Regional de Manaus, 2010.
- _____. **Relatório da Cheia 2010**. Superintendência Regional de Manaus, 2010.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____.David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____.David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil. Rio de Janeiro, 2010.
- KUCK, Tahisa Neitzel. **Análise da impermeabilização da área urbana de Manaus (1987-2006) com o uso do modelo de mistura espectral mesma**. INPE, Dissertação de Mestrado, São José dos Campos, 2010.
- LEFEBVRE. Henri.**Espacio y política: El derecho a La ciudad II**. Barcelona : Península, 1976. (Espace ET politique. Ledroit à La ville, II, 1972).
- _____. Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**.Tradução : Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **A revolução urbana**. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- _____.**O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias, 5.ed.São Paulo: Centauro, 2008.
- LEIRNER, Andre Isai. **Divisão de poder e autoridade civil: governança, políticas públicas e desenvolvimento local em projetos fomentados por agências multilaterais**. Fundação Getúlio Vargas – EAESP, Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2006
- LIMA, Marcos Castro, A cidade, o urbano e o rio na Amazônia, **Revista ACTA Geográfica**, v.II, n. 3, p.107-117, jan./jun. de 2008.
- MESQUITA, Otoni Moreira. **Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2º ed. Manaus, 2006.
- OLIVEIRA, J. A. e COSTA, D. P. Conjuntos habitacionais e a urbana de Manaus: Filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais, **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v.11, n. 6, p. 32-4, 2007.
- OLIVEIRA, J. A, ANDRADE FILHO, V.S. e MOLINARI, D.C. Modificações na rede de drenagem de canais fluviais urbanos: as obras do PROSAMIM no igarapé Mestre Chico na cidade de Manaus, Am. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.135-148, jan./jun. de 2011.
- OLIVEIRA. J.A., ALVES, A. e MOURA, L.K.F. A produção do espaço urbano na Amazônia: as políticas públicas habitacionais no período de 1980-2008 em Manaus – Am. **Pluris**, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir, **O urbano na Amazônia: Manaus o espaço vivido**, 2000. Disponível em< www.comova.org.br> acesso em 23 de março de 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir, **Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano**, 2008. Disponível em: <www.nepec.com.br> acesso em 13 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de. & HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, Antonio Teixeira de. & CUNHA, Sandra Baptista da. (Organizadores). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. Projeto geo cidades: relatório ambiental urbano integrado: informe GEO:Manaus. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

RIBEIRO FILHO, Vitor. **Mobilidade Residencial em Manaus: Uma Análise Introdutória**. Manaus: UFAM, 1999.

_____. **A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente**. UFRJ, Tese de Doutorado, 2004.

SALAZAR, João Pinheiro. **O abrigo dos deserdados**. USP, Dissertação de Mestrado, 1985.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Santa Catarina: Argos, 2003.

SÁNCHEZ, Fernanda. Reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**. Rio de Janeiro, v.16, p. 31-49, jun. 2001.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço Público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

STEPHANOU, Michelle C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.5, n.1, p.127-160, 2005. Disponível em:

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, v. 10, Presidente Prudente: Unesp, 1991, pp. 1-18.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos**, Barueri. São Paulo: Manole, 2006.

VALLE, Artemisia Souza do. **Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental**. Manaus: UFAM, 1999. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, 1999.

Sites:

< www.d24am.com/noticias> acesso em 10/09/ 2011.

< www.acritica.uol.com.br> acesso em 10/09/ 2011.

< www.emtempo.com> Acesso em março 2010.

< Portalamazônia.com> Acesso 12 de setembro de 2011.

<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article>. Acesso em 02 de setembro de 2011.